



Programa Territorial de Desenvolvimento
da
LEZÍRIA DO TEJO

Maio de 2008

Índice

1.	Introdução.....	4
2.	Diagnóstico Socioeconómico da Lezíria do Tejo	6
2.1.	A Evolução da Lezíria do Tejo em Desenvolvimento Humano.....	6
2.2.	Coesão e Produtividade.....	7
2.2.1.	Sistema Urbano e Povoamento.....	8
2.2.2.	Ensino e Formação.....	10
2.2.3.	Saúde e Acção Social.....	11
2.2.4.	Desporto e Cultura.....	13
2.3.	Competitividade e Crescimento	14
2.3.1.	Nível de Vida.....	15
2.3.2.	Emprego	15
2.3.3.	Eficiência.....	16
2.3.4.	Recursos Humanos	17
2.3.5.	Dinâmica Empresarial.....	17
2.3.6.	Desempenho Económico.....	18
2.3.7.	Nível Tecnológico	18
2.3.8.	TIC na Lezíria do Tejo	19
2.4.	Ambiente	19
2.4.1.	Saneamento Básico.....	19
2.4.2.	Resíduos.....	21
2.4.3.	Qualidade das Águas Superficiais.....	23
2.4.4.	Conservação da Natureza e da Biodiversidade	24
2.4.5.	Padrão Energético	24
2.5.	Acessibilidades, Transportes e Logística.....	26
2.5.1.	Acessibilidade e Elementos Sócio-Económicos.....	27
2.5.2.	Transporte Individual	27
2.5.3.	Transporte Colectivo.....	28
2.5.4.	Mobilidade dos Residentes Activos e Repartição Modal	29
2.5.5.	Debilidades – Análise Sumária.....	29
2.6.	Análise SWOT.....	31
3.	Estratégia de desenvolvimento	33
3.1.	Ambição	33
3.2.	Objectivos estratégicos	35
4.	Avaliação da Coerência Global do Programa Territorial de Desenvolvimento – Agenda XXI.	39
5.	Quadro de referência para a contratualização.....	46
6.	Âmbito e Objectivos da Subvenção Global.....	55

7.	Áreas e prioridades de actuação da Subvenção Global	59
7.1.	EIXO 1	59
7.1.1.	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	59
7.1.2.	Energia.....	61
7.2.	EIXO 2.....	62
7.2.1.	Mobilidade Territorial	62
7.3.	EIXO 3.....	64
7.3.1.	Mobilidade Territorial	64
7.3.2.	Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar 66	
7.3.3.	. Património Cultural	67
7.3.4.	. Rede de equipamentos culturais	69
7.3.5.	Equipamentos para a coesão local.....	70
7.4.	EIXO 4.....	71
7.4.1.	Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”	71
7.4.2.	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	74
7.4.3.	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais.....	75
7.4.4.	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais.....	76
7.4.5.	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	77
7.5.	EIXO 5.....	78
7.5.1.	Promoção e capacitação institucional	78
7.5.2.	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa	80
8.	Quadros financeiros	82
9.	Contributos da Subvenção Global.....	84
10.	Disposições de implementação.....	87
10.1.	Estrutura de gestão	87
10.2.	Seleção e aprovação dos projectos	88
10.3.	Pagamentos	88
10.4.	Controlo e recuperação de verbas indevidas	89
10.5.	Relatórios de execução.....	89

1. Introdução

A apresentação desta proposta de Subvenção Global tem como objectivo dar sequência à proposta apresentada em Dezembro de 2007, tendo agora presentes todas as disposições e orientações desde aí publicadas.

O verdadeiro Programa Territorial de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo corresponde à Agenda XXI da Lezíria do Tejo. Este documento, cuja elaboração levou cerca de 2 anos, envolvendo inúmeros actores e contributos de todos os quadrantes, definindo uma estratégia clara e integrada para a Lezíria do Tejo, encontra-se em anexo e deve ser considerado parte integrante do mesmo.

Neste documento começaremos por apresentar um diagnóstico resumido (retirado da Agenda XXI) daquilo que é actualmente a realidade da Lezíria do Tejo, de forma a enquadrar os capítulos seguintes.

Procuramos depois também, de forma resumida, apresentar aquela que é a estratégia para a região e que, como já foi referido, tem como fonte a Agenda XXI da Lezíria do Tejo.

No Capítulo 4, demonstramos de forma clara a forte articulação da estratégia da Lezíria do Tejo com a estratégia da NUT II (de acordo com o Programa Operacional Regional, bem como com os objectivos do Alentejo 2015) mas também com outros instrumentos estratégicos, como sejam os vários Programas Operacionais (o Regional e os Temáticos).

Seguidamente apresentamos de forma breve as principais linhas de orientação que estiveram na base da elaboração desta proposta, passando depois a enquadrar e apresentar os principais objectivos da Subvenção Global.

No Capítulo 7, é especificado para cada uma das áreas a contratualizar aquelas que são as prioridades de actuação da Subvenção Global.

Passaremos depois à apresentação dos Quadros Financeiros que incluem os valores a contratualizar, para cada uma das áreas, de acordo com as intenções de intervenção que neste momento os Municípios indicaram.

O Capítulo 9 visa demonstrar os contributos que esta proposta de Subvenção Global tem para as metas do Programa Operacional no que respeita aos seus indicadores de desempenho, bem como o contributo para o cumprimento em matéria de metas de *earmarketing* do QREN, que o PO assume de forma subsidiária.

Por último, no Capítulo 10, apresentamos as disposições de implementação, onde são detalhadas as condições de gestão da Subvenção Global, que vão desde a Estrutura de Gestão da mesma, às condições de selecção e aprovação dos projectos, pagamentos, relatórios de execução, e todos os demais elementos necessários para dar cumprimento às normas em vigor.

Em Anexo apresentamos os seguintes elementos:

Anexo 1 – Agenda XXI da Lezíria do Tejo

Anexo 2 – Fichas de Projecto

Anexo 3 – Capítulo 5.1.1 do Plano Regional de Ordenamento do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)

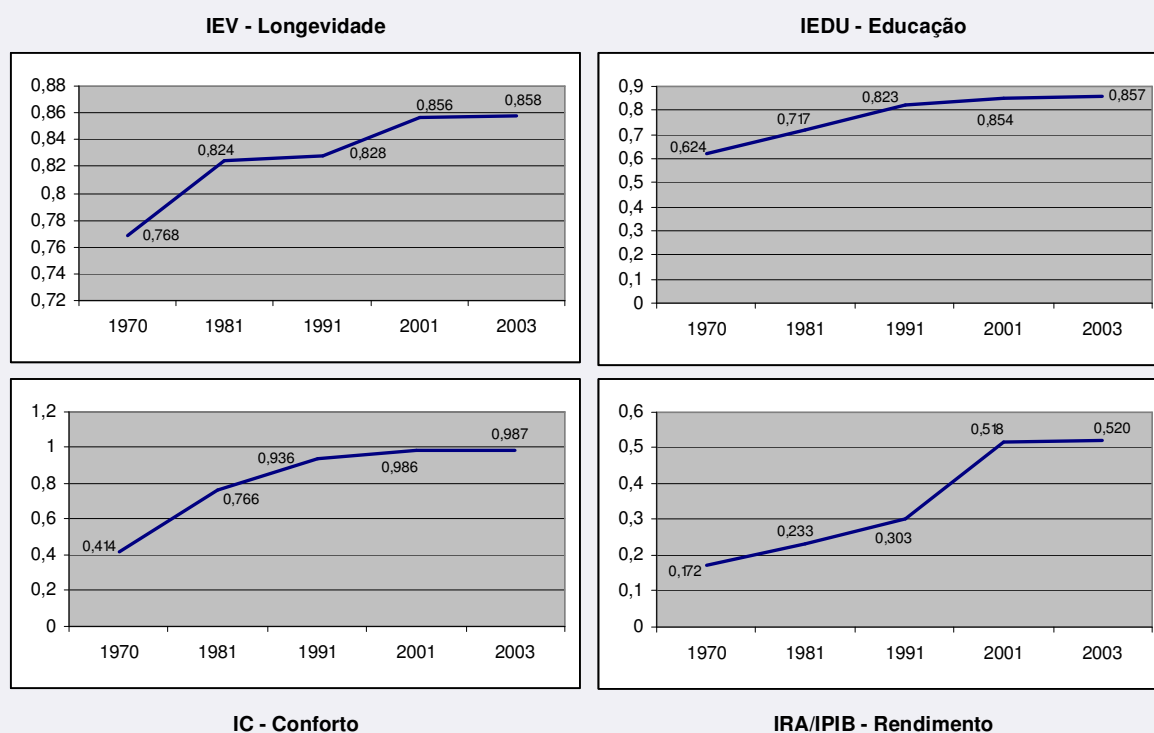
2. Diagnóstico Socioeconómico da Lezíria do Tejo

2.1. A Evolução da Lezíria do Tejo em Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice composto usado pelas Nações Unidas, aferindo a evolução das condições de vida e de bem-estar dos povos. Sintetiza um conjunto de indicadores de crescimento económico, de melhoria das condições de vida das populações, de acesso a bens essenciais, à saúde e educação, de forma a «quantificar» a qualidade de vida das populações, numa perspectiva dinâmica e numa base estatística.

Em 1999 o Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) publicou o estudo “*População e Desenvolvimento Humano – Uma Perspectiva de Quantificação*”, que representou o primeiro ensaio de aplicação da metodologia associada à determinação do IDH às regiões portuguesas. A versão portuguesa do IDH corresponde à média aritmética simples de quatro índices parcelares: a esperança de vida média, a taxa de alfabetização da população com 15 e mais anos de idade, o índice do rendimento, medido através do PIB per capita em Paridades de Poder de Compra (PPC), e o “conforto da população”, medido através de existência de electricidade, água canalizada e instalações sanitárias.

Figura 1 – Evolução dos Índices Parcelares do IDH – Lezíria do Tejo



Fonte: DPP; cálculos próprios

A Lezíria do Tejo tem registado ao longo das últimas três décadas uma evolução positiva dos quatro índices parcelares do IDH. Entre 1971 e 1991 a região beneficiou de uma melhoria significativa dos níveis de educação e de conforto da população residente. Se o rendimento observou uma evolução

positiva em todo o período considerado, foi entre 1991 e 2001 que o crescimento dos níveis de rendimento da população foi mais evidente. Como seria de esperar, a longevidade apresentou um forte aumento na primeira década considerada mas estabilizou nos períodos seguintes.

O IDH na Lezíria do Tejo registou um crescimento mais elevado entre 1970 (0,651) e 1991 (0,864) e uma relativa estabilização a partir deste ano (0,866 em 2003). Foram as melhorias registadas ao nível da educação, do conforto e do rendimento que mais contribuíram para a evolução positiva do IDH regional.

Em termos intra-regionais, observam-se diferenças de valor do IDH muito pouco significativas entre os vários concelhos da Lezíria do Tejo, concluindo-se pelo bom nível de convergência de todos os territórios concelhios nos domínios da educação, conforto, saúde e rendimento. Destacam-se os concelhos de Santarém, Cartaxo e Benavente, com os valores mais elevados.

Numa comparação inter-regional do IDH em 2003, verifica-se que a Lezíria do Tejo ocupa a 11ª posição do ranking nacional deste indicador, acima do nível médio nacional.

Figura 2 – IDH da Lezíria do Tejo no Contexto das NUTS III Nacionais (2003)

Ranking	NUT III	IDH	Ranking	NUT III	IDH
1	Grande Lisboa	0,992	17	Alentejo Central	0,840
2	Grande Porto	0,903	18	Beira Interior Sul	0,840
3	Pinhal Litoral	0,882	19	Cova da Beira	0,829
4	R. A Madeira	0,879	20	Alto Alentejo	0,823
5	Baixo Vouga	0,876	21	Minho-Lima	0,821
6	Médio Tejo	0,874	22	Dão Lafões	0,817
7	Baixo Mondego	0,873	23	Beira Interior Norte	0,814
8	Península de Setúbal	0,869	24	Pinhal Interior Norte	0,811
9	Entre Douro e Vouga	0,868	25	Serra da Estrela	0,811
10	Algarve	0,867	26	Douro	0,810
11	Lezíria do Tejo	0,866	27	Baixo Alentejo	0,808
12	Ave	0,857	28	Pinhal Interior sul	0,805
13	Alentejo Litoral	0,853	29	Tâmega	0,803
14	Oeste	0,850	30	Alto Trás-os-Montes	0,800
15	Cávado	0,846	Portugal		0,815
16	R. A Açores	0,844			

Fonte: DPP; cálculos próprios

2.2. Coesão e Produtividade

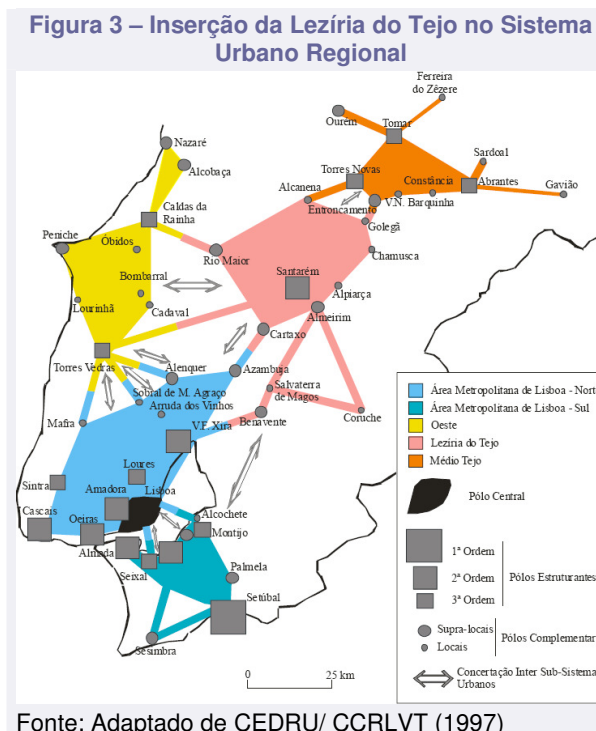
O presente capítulo integra duas dimensões analíticas fundamentais: Sistema Urbano e Povoamento, em que se procura identificar as principais tendências e transformações na organização do território da Lezíria do Tejo, com ênfase na modelação do sistema territorial e urbano e recentes dinâmicas demográficas; e Equipamentos Colectivos, em que se procura sistematizar os principais equipamentos colectivos existentes na Lezíria do Tejo, salientando as carências ainda existentes.

2.2.1. Sistema Urbano e Povoamento

A Lezíria do Tejo tem com uma área de aproximadamente 4.273 Km² e cerca de 241 mil habitantes, distribuídos por 11 municípios, localiza-se entre a AML, o Oeste, o Médio Tejo e o Alentejo Central, correspondentes a três regiões NUTS II distintas.

A proximidade da Lezíria do Tejo à capital do país associada às novas condições de acessibilidade e de transporte da sub-região, têm sido fulcrais na dinâmica territorial da Lezíria do Tejo.

Não obstante, a Lezíria do Tejo tem-se assumido fundamentalmente como um espaço agrícola de excelência, para o qual muito contribuem as suas potencialidades edafo-climáticas. O sistema de povoamento do território da Lezíria do Tejo apresenta-se heterogéneo. Na margem esquerda do Rio Tejo, quer nas áreas do designado Campo quer nas áreas da Charneca, predomina um povoamento mais concentrado; ao passo que na margem direita, designadamente no denominado Bairro, o povoamento é mais disperso, apresentando-se por vezes difuso ao longo dos principais eixos viários.



Ao longo das últimas décadas tem ocorrido uma concentração populacional nas sedes de concelho e nos principais centros urbanos, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica, com conseqüente aumento do protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão e, por outro lado, com a consolidação de subsistemas territoriais e urbanos sob a forma de eixos e conurbações sustentada pelas principais vias de comunicação existentes. Destacam-se os seguintes subsistemas territoriais fundamentais na Lezíria do Tejo:

- Santarém / Cartaxo / Almeirim / Alpiarça, cuja dinâmica está, em grande medida, associada ao processo de terciarização da capital de distrito, que constitui o principal pólo de emprego regional;
- Benavente / Salvaterra de Magos / Coruche, cuja dinâmica está crescentemente imbricada na região metropolitana de Lisboa;
- Pela sua localização e proximidade geográfica com a AML, os concelhos da Azambuja e de Rio Maior têm também uma crescente articulação com os processos de desconcentração produtiva a partir da AML, tendo enormes potenciais nas fileiras logística e industrial.

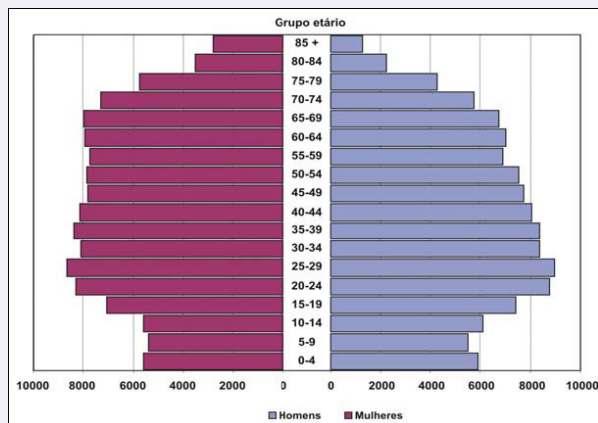
Importa salientar a importância de dois eixos territoriais estruturantes de âmbito regional que surgem contemplados no PNPT: eixo Almeirim / Santarém / Rio Maior (que se articulará com Caldas da Rainha) e eixo Santarém / Cartaxo / Azambuja (que se articulará com Alenquer, Ota e a AML).¹

A área central da região apresenta os maiores índices de ocupação humana, particularmente as três principais freguesias urbanas de Santarém e a freguesia da sede do concelho do Cartaxo, com densidades populacionais acima dos 500 hab./Km². A grande maioria das 91 freguesias da Lezíria do Tejo apresenta uma densidade populacional baixa, particularmente na área oriental e meridional da sub-região. Cerca de um quarto da população concentra-se no concelho de Santarém.

As áreas de maior crescimento populacional desde 1991 corresponderam a freguesias contíguas à Área Metropolitana de Lisboa (Samora Correia, Benavente e Alcoentre), e a alguns dos principais centros urbanos da região (Santarém, Cartaxo, Azambuja e Rio Maior). Cerca de 2/3 das freguesias, especialmente aquelas com uma localização mais excêntrica relativamente à sede de concelho e com uma maior dependência do sector primário, tiveram reduções nas suas populações. A população total da Lezíria do Tejo era de cerca de 241 mil habitantes em 2001 (mais cerca de 8 mil que em 1991), no entanto o seu peso demográfico no quantitativo nacional tem vindo a diminuir, passando de 2,8% em 1991 para 2,4% em 2001. No contexto sub-regional, o concelho de Benavente teve um acréscimo populacional superior a 25% entre 1991 e 2001; Golegã, Chamusca e Coruche registaram decréscimos populacionais entre os 5 e os 10%; os restantes concelhos registaram pequenos acréscimos populacionais.

Na última década manteve-se a tendência para a quebra acentuada dos níveis de fecundidade, gerando saldos fisiológicos negativos. Concomitantemente, a Lezíria do Tejo passou a ser o destino de população proveniente de outras sub-regiões do país bem como de outros países. De registar o decréscimo acentuado da Taxa de Mortalidade Infantil na região, que actualmente se situa abaixo dos valores médios nacionais. Os índices de natalidade e mortalidade em cada concelho reflectem a estrutura etária das respectivas populações.

Figura 4 – Pirâmide Etária da Lezíria do Tejo em 2001



Fonte: INE

Por outro lado, tem-se vindo a reforçar a tendência para o envelhecimento da população, quer pela redução da base da pirâmide quer pelo alargamento do topo da pirâmide. Assistiu-se na década 1991-2001 a um progressivo incremento do índice de envelhecimento que, na Lezíria do Tejo, passou de 95% para 140%, valor acima da média nacional. Ainda assim, parece esboçar-se um processo de rejuvenescimento expresso num ligeiro aumento da percentagem do primeiro grupo quinquenal,

¹ Aquando da publicação do PNPT não havia ainda sido tomada a decisão da localização definitiva do Novo Aeroporto de Lisboa.

reflexo de uma ligeira subida da Taxa de Natalidade, a que não será também alheio o facto de um número cada vez mais elevado de imigrantes residirem na região (essencialmente europeus do leste e brasileiros).

2.2.2. Ensino e Formação

Considerando todos os níveis de Ensino, do pré-escolar ao superior estavam inscritos na Lezíria do Tejo cerca de 40 mil alunos no ano lectivo de 2003/04. Tem vindo a verificar-se uma tendência para um acréscimo na procura da educação pré-escolar e uma diminuição no 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, consequência das quebras dos níveis de fecundidade.

A educação pré-escolar está presente em todos os concelhos e em praticamente todas as freguesias através de 111 estabelecimentos da rede pública e de 39 estabelecimentos da rede particular e cooperativa. Tem vindo a generalizar-se progressivamente, através da intervenção das autarquias e da rede de instituições particulares de solidariedade social.

O 1º Ciclo do Ensino Básico é assegurado em 199 estabelecimentos da rede pública e um particular (localizado em Santarém), estando presente em praticamente todas as freguesias dos onze concelhos da Lezíria do Tejo. De registar que existe um número elevado de estabelecimentos de reduzida dimensão em diversas freguesias rurais.

Os 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico são leccionados em diversas tipologias de equipamentos, sendo de destacar as EB 2,3. Existem ainda 4 estabelecimentos que integram os nove anos de escolaridade do ensino básico e 7 escolas secundárias que leccionam também o 3º ciclo. Estes dois níveis de ensino são também leccionados num estabelecimento privado localizado na freguesia de Tremês no concelho de Santarém.

O Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos de escolaridade) é leccionado em 12 estabelecimentos: 2 escolas Secundárias puras, 3 EB 2,3/S, e 7 ES/3. O possível prolongamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano de escolaridade poderá vir a requerer um incremento da rede de oferta deste tipo de equipamentos, à semelhança do que sucedeu nos anos 80 aquando do prolongamento até ao 9º ano. O alargamento da oferta de cursos profissionais à rede actual de escolas secundárias (presente em todos os municípios da Lezíria do Tejo) irá possivelmente levar a um crescimento da procura do ensino secundário.

No que diz respeito ao sistema de formação profissional importa realçar o Centro de Formação Profissional de Santarém, localizado na zona industrial e que constitui um centro de formação de gestão directa do Instituto de Emprego e Formação Profissional, abrangendo diversas áreas de formação de nível II e III. Na cidade de Santarém existem ainda dois estabelecimentos de formação de gestão participada: CENFIM (sector da metalomecânica) e CIVEC (sector do vestuário e confecções). O ensino profissional estava presente em 2003/04 em quatro concelhos, a partir de 2006/07 o ensino profissional passará também a ser leccionado nas escolas secundárias existentes.

Relativamente ao ensino superior, a aposta tem sido na consolidação do Instituto Politécnico de Santarém (IPS). Constituído por cinco estabelecimentos, quatro localizados na cidade de Santarém (Escolas Superiores de Educação, Gestão, Agrária e de Enfermagem) e um localizado na cidade de Rio Maior (Escola Superior de Desporto), o IPS contava em 2003-04 com mais de 4.500 alunos. Depois de uma fase de crescimento nos anos 90, o IPS tem vindo a mostrar uma estagnação na sua procura, fruto por um lado do decréscimo da procura do ensino em virtude da quebra dos níveis de fecundidade e, por outro, da menor diversificação da oferta de cursos existentes, denotando-se carências na vertente tecnológica e um excesso de oferta em áreas cada vez menos procuradas (educação e agricultura). Ainda assim, o IPS tem procurado diversificar os seus domínios de actuação através da oferta de cursos de pós-graduações, de cursos de especialização tecnológica, da crescente articulação com o tecido empresarial e da prestação de serviços à comunidade.

Na cidade de Santarém existe ainda o Instituto Superior de Línguas e Administração, com um número cada vez mais reduzido de alunos e cuja oferta está actualmente circunscrita ao turismo e à gestão de empresas.

2.2.3. Saúde e Acção Social

No que diz respeito ao sector da saúde, o Hospital Distrital de Santarém (HDS) possui uma boa localização, é bem servido em termos de acessos através da circular urbana, situando-se num dos bairros de maior expansão urbana da cidade de Santarém. Possui cerca de três dezenas de especialidades, tendo uma área de influência directa com aproximadamente 200 mil habitantes. Para algumas especialidades diferenciadas (cirurgia plástica e vascular, dermatologia e psiquiatria) a sua área de influência é ainda maior: no contexto da região de Lisboa e Vale do Tejo, tendo em consideração os outros cinco hospitais distritais existentes (Abrantes, Torres Novas, Tomar, Torres Vedras e Caldas da Rainha) e excluindo os hospitais localizados na Área Metropolitana de Lisboa, constata-se que o HDS é o que oferece um maior número de valências (quer no internamento quer nas consultas externas), o que traduz uma boa situação da região ao nível dos cuidados diferenciados.

Os serviços clínicos oferecidos pelo HDS na assistência são os de internamentos, consultas externas, urgências, serviços complementares de diagnóstico e terapêutica e os de hospital de dia. No que diz respeito ao internamento, em 2004 encontravam-se em funcionamento cerca de quatro centenas de camas, tendo-se registado uma taxa de ocupação de 81,1%, com uma demora média de internamento de doentes sido de 7 dias, uma melhoria em relação a alguns anos atrás, ainda que em algumas especialidades médicas a demora média de internamento seja maior. A melhoria da oferta do hospital prende-se com o aperfeiçoamento dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica empregues, com o crescente recurso à diferenciação técnica e com a melhoria do apetrechamento hospitalar.

Os problemas do HDS reflectem os problemas do sector da saúde na região e no país. Por um lado, subsistem lacunas em recursos humanos, designadamente de médicos e de pessoal de enfermagem;

por outro lado, alguns dos estrangulamentos existentes resultam da deficiente articulação com os centros de saúde por ele abrangidos, designadamente pela deficiente triagem efectuada nestes estabelecimentos.

A maioria das sedes dos Centros de Saúde encontra-se em bom estado de conservação, em virtude de alguns equipamentos serem relativamente recentes ou terem sido algo de obras de reabilitação. A principal excepção é o Centro de Saúde de Santarém, cujas instalações actuais não se encontram adequadas às necessidades, embora tenha sido recentemente concluída a construção de uma extensão de saúde em S. Nicolau, num dos bairros mais populosos da cidade, que irá contribuir para uma diminuição da pressão sobre o centro de saúde.

Os cuidados primários prestados em centros e extensões de saúde debatem-se com o problema de escassez de recursos humanos, quer de médicos quer de enfermeiros. Existe ainda o problema da dispersão de um elevado número de extensões de saúde de reduzida dimensão, que não possuem os recursos humanos e físicos necessários à prestação de cuidados continuados de saúde em diversas valências – medicina geral, planeamento familiar, saúde materno–infantil, juvenil, entre outras. A reforma dos cuidados de saúde primários prevê a criação de Unidades de Saúde Familiares, com a constituição de equipas de médicos, enfermeiros e administrativos que poderão dar continuidade aos diversos cuidados de saúde, prevendo-se a criação de espaços específicos para as diversas valências.

No que diz respeito ao sector da acção social, tem vindo a verificar-se nos últimos anos um esforço significativo da melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados em resultado da conjugação de esforços das instituições particulares de solidariedade social (IPSS), de entidades privadas e também das autarquias locais. Os equipamentos existentes na Lezíria do Tejo possuem, fundamentalmente, um âmbito territorial concelhio. Importa referir que existem duas orientações transversais no que se refere ao sector que há que levar em consideração na região. Por um lado, a crescente integração entre os sectores da saúde e da acção social, traduzido na promoção de unidades de cuidados continuados de saúde, em que a componente de convalescença se efectuará em meio hospitalar e os cuidados de média e longa duração se poderão efectuar de um modo partilhado. Por outro lado, a promoção dos sistemas de apoio domiciliário que permitam aos idosos permanecer o maior tempo possível junto das suas famílias.

A taxa de ocupação dos equipamentos é muito elevada, sendo a carência de creches e de estabelecimentos com ATL particularmente sentida nas sedes de concelho e outras freguesias de maior dinamismo demográfico.

Os lares localizam-se predominantemente nas sedes de concelho e em algumas sedes de freguesia com particular importância demográfica e económica, sendo evidentes as carências, dada a elevada taxa de ocupação e a baixa cobertura territorial. Relativamente aos centros de dia e aos centros de convívio, as linhas de orientação passam fundamentalmente pelo incremento da sua cobertura territorial, mas, agregando a valência de apoio domiciliário.

De registar ainda a existência de outros equipamentos, a maioria deles localizados no concelho de Santarém, como lares residenciais para pessoas com deficiência e

Tabela 1 – Principais Equipamentos de Apoio a Idosos e a Crianças na Lezíria do Tejo em 2004

Valências	Nº	Capacid	Tx. Ocup.(1)	Tx. Cobert.(2)
Creches	34	1.518	105,7	34,1
Actividades Tempos Livres	45	2.334	94,5	39,6
Lares	35	1.601	99,1	27,5
Centros de Dia	53	1.860	83,2	54,9
Centros de Convívio	12	435	126,0	13,2
Serviços Apoio Domiciliário	58	2.117	91,8	61,5

(1) NºUtentes/CapacidadeX100 (2) Freg.Servidas/Total FregX100
 Fonte: Carta Social da DGEEP do MTSS e CDSSSant.

para crianças e jovens em risco e um centro de apoio a toxicodependentes. Existem também centros de actividades ocupacionais para pessoas com deficiência e apartamentos de reinserção social para toxicodependentes.

2.2.4. Desporto e Cultura

A oferta de equipamentos desportivos tem tido uma franca expansão, em consequência do investimento das autarquias locais potenciando pelos fundos comunitários. Os onze municípios da Lezíria do Tejo apresentam uma grande diversidade de equipamentos desportivos, apresentando uma boa cobertura para a maioria das valências prestadas. A procura destes equipamentos tem vindo a aumentar por parte das populações. Rio Maior configura-se como principal pólo de desporto da região, em virtude da concentração de equipamentos estruturantes, ao qual se associa a Escola Superior de Desporto. Outros concelhos da região (Almeirim, Cartaxo e Santarém) têm também efectuado importantes investimentos que importa potenciar, sobretudo numa lógica de oferta multipolar e complementar. É também necessário apostar, por um lado, na vertente da formação (o que, em parte, tem vindo a ser efectuado, faltando ainda, no entanto, técnicos qualificados para a promoção e dinamização da actividade desportiva) e, por outro, na vertente de alta competição, incluindo a própria internacionalização de algumas modalidades.

Relativamente a possíveis situações de carência, apenas os concelhos de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e Santarém dispõem de pistas de atletismo Enquanto que existe já um número considerável de polidesportivos na Lezíria do Tejo, poderá justificar-se a construção de mais um no Cartaxo, em algumas freguesias com escolas sedes de agrupamento que estejam desprovidas deste equipamento e em áreas urbanas de forte dinamismo demográfico. Quanto a piscinas, as autarquias têm vindo a realizar investimentos consideráveis neste segmento, devendo nos próximos anos ser continuado o esforço para alargar a cobertura territorial. Importa, por último, clarificar os modelos de gestão desportiva, em que a criação de empresas municipais de desporto poderão ser uma via.

A cultura tem na região uma forte vocação turística, quer associada ao património edificado quer associado ao património natural e paisagístico. A Lezíria do Tejo dispõe de diversos elementos classificados como monumentos nacionais, de diversos imóveis de interesse público, integrando ainda espaços naturais da Rede Natura 2000 (Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, Paul do Boquilobo e Estuário do Tejo).

De acordo com dados do INE, existem 31 bibliotecas, 12 cine - teatros (alguns dos quais reabilitados numa lógica multifuncional) e 6 salas de cinema, localizadas numa grande superfície da cidade de Santarém. A Lezíria do Tejo tem também um número considerável de museus, galerias de exposição e auditórios que seguem uma lógica de distribuição polarizada, favorecendo as sedes de concelho e, em particular, a cidade de Santarém. No que se refere a Centros de Congressos e Exposições, existe em Santarém o CNEMA (Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas). Uma das principais carências em equipamentos culturais prende-se com o reduzido número de núcleos culturais polivalentes localizados em importantes núcleos urbanos fora das sedes de concelho. É promovido na região um conjunto considerável de iniciativas culturais, algumas das quais com projecção nacional, caso do Festival Nacional de Gastronomia, da Feira Nacional da Agricultura e da Feira de S. Martinho, mas a região não conseguiu ainda projectar uma imagem para o exterior enquanto território cultural de excelência.

2.3. Competitividade e Crescimento

O conhecimento da evolução sócio-económica da Lezíria do Tejo, bem como o delinear de uma estratégia voltada para o reforço do crescimento sustentado e competitivo da sua estrutura produtiva, permitem criar os alicerces para o reforço não só da coesão económica, mas também da coesão social, territorial e ambiental, através do desenvolvimento de linhas de acção direccionadas para a eficiência da “carteira de actividades” da região, do emprego, da qualificação e dos novos factores de competitividade, assentes na I&D e na Tecnologia.

A região revela ainda alguns constrangimentos à actividade económica e empresarial, resultantes da reduzida intensidade tecnológica da sua base de especialização, da ausência de ordenamento nos espaços industriais e de insuficiências no desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos de apoio, com destaque para os vocacionados para a inovação, transferência tecnológica, qualidade e certificação. Todavia, algumas infra-estruturas poderão vir a ter um papel muito interessante na dinamização da actividade económica regional. Destaque para:

- Parque de Negócios de Santarém, Rio Maior e Cartaxo, que poderão permitir ultrapassar a necessidade de reordenamento espacial e de localização da actividade económica;
- Rede de Áreas de Localização Empresarial, direccionadas para sectores com elevado potencial na Lezíria do Tejo e marcadas por lógicas de complementaridade sectorial;
- Infra-estruturas tecnológicas já existentes no País com competência em áreas estratégicas para o desenvolvimento competitivo da Lezíria do Tejo (como sejam determinados centros

tecnológicos ou parques de ciência e tecnologia que poderão apoiar a promoção da investigação e desenvolvimento tecnológico, da inovação e internacionalização empresarial da região);

- Infra-estruturas tecnológicas a criar na região, fundamentais na dinamização de sectores estratégicos e com lógicas de integração e cooperação com o sistema nacional de inovação;
- O Centro Nacional de Exposições (CNEMA), espaço dedicado a feiras, exposições e congresso com potencialidades para o desenvolvimento de eventos desportivos e de lazer;
- Plataformas logísticas projectadas ou já existentes na região, importantes na ligação entre os diversos terminais multimodais.

2.3.1. Nível de Vida

No ano de 1995, a Lezíria do Tejo registava um PIB per capita de cerca de 7.000 euros (o valor nacional era então de cerca de 8.000 euros), mas em 2003 era já de 11.500 euros (ultrapassando a média nacional de 10.600 euros). Entre 1995 e 2003, esta variável registou um crescimento médio anual de 7,1%, reflexo do dinamismo que a economia regional tem evidenciado nos últimos anos. A região tem também vindo a convergir face à média europeia. O índice de poder de compra per capita assume os valores mais elevados nos concelhos de natureza eminentemente urbana.

A proporção de indivíduos que têm como meio de subsistência a pensão/reforma aumentou, entre 1991 e 2001, cerca de 2% (para 23%), evolução reveladora da tendência de envelhecimento demográfico da região. A Lezíria do Tejo apresenta valores médios anuais das pensões de velhice abaixo do valor médio nacional (de 4.124 euros, em 2004). Um processo de convergência das pensões de velhice da região poderia ter um impacto expansionista na economia regional (em particular, no consumo privado), uma vez que aumentaria de forma permanente o rendimento disponível das famílias.

2.3.2. Emprego

Em 2001, a Lezíria do Tejo contava com cerca de 116 mil indivíduos com actividade económica, o que corresponde a uma taxa de actividade de 48,1%, próxima do valor médio nacional. Os mais fortes aumentos da taxa de actividade entre 1991 e 2001 registaram-se nos concelhos de Cartaxo, Rio Maior e Azambuja (na ordem dos 6%, valor superior à evolução registada em termos médios para a região, cerca de 4%). Apenas no concelho de Coruche se observou um decréscimo da taxa de actividade no período considerado, na ordem dos 0,5%. O emprego concentra-se nos concelhos de Santarém (com cerca de 26% do emprego total da região), Benavente (11%) e Cartaxo (10%).

Entre as actividades mais representativas na região em termos de emprego, destaque para a Agricultura e Produção Animal (com cerca de 15% do emprego regional em 2003), a Administração

Pública (11%), as Indústrias Agro-Alimentares e o Comércio por Grosso e a Retalho (ambas com 10%).

Tem-se assistido na Lezíria do Tejo a um aumento ténue das taxas de desemprego: de cerca de 7% em 1991, passou para 8% em 2001. A região tem apresentado uma incidência do desemprego superior à média nacional (os valores para Portugal eram, respectivamente, de 6,1% e 6,8%). De registar a perda significativa de emprego na Agricultura e Produção Animal entre 1995 e 2003 (decréscimo de 15%).

A indústria metalúrgica, muito concentrada nos concelhos de Santarém e Cartaxo, atravessa actualmente um período de crise na região, com o encerramento de várias unidades de produção. Também em Rio Maior o aumento do desemprego foi considerável, em parte devido à reestruturação e/ou deslocalização de várias unidades industriais. Apenas nos concelhos da Azambuja, Golegã e Coruche se registou um decréscimo da taxa de desemprego entre 1991 e 2001. No entanto, é previsível o aumento de desemprego na Azambuja e outros concelhos da região em virtude da anunciada deslocalização da maior empresa empregadora (a fábrica da Opel/GM).

Refira-se que quer a indústria automóvel, quer a metalomecânica, apresentam sérios indícios de deslocalização na região, com os problemas inerentes de destruição de postos de trabalho e aumento de desemprego. Os Serviços têm registado uma evolução muito positiva, sobretudo os serviços orientados para as necessidades básicas das populações e actividades económicas (como a Administração Pública e Acção Social, Educação, Saúde, Comércio e Turismo – Alojamento e Restauração). Estas actividades têm sido nos últimos anos importantes criadoras de emprego na região. Todavia, a elevada dependência em alguns municípios do emprego em serviços não mercantis (como a Administração Pública) coloca problemas de sustentabilidade do mercado de trabalho e de competitividade da estrutura económica.

2.3.3. Eficiência

Aferindo a produtividade pelo valor do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por trabalhador, constata-se que a Lezíria do Tejo apresenta um nível de produtividade cerca de 4% acima do nível médio de produtividade da economia nacional. Entre 1995 e 2003 registou-se uma evolução do índice de produtividade de 1%, ainda que esta evolução tenha significado um aumento do desemprego nos últimos anos. O aumento da produtividade média da região concentrou-se sobretudo nos concelhos ao Sul da região, cujas economias se têm vindo a integrar cada vez mais nas dinâmicas de desenvolvimento da AML. A região tem vindo a evoluir de uma economia baseada sobretudo na agricultura e pecuária, sobretudo na parte Sul da região; para uma economia baseada em actividades industriais e terciárias com maiores níveis de produtividade.

Constata-se que são os sectores mais importantes em termos de emprego na região que registam níveis de produtividade superiores ao nível médio nacional para o respectivo sector: destaque para a Agricultura e Produção Animal, a Fabricação de Material de Transporte e as Indústrias Agro-Alimentares (com um forte aumento de produtividade nos últimos anos), além das Actividades

Imobiliárias e Serviços de Apoio às Empresas. Por outro lado, as actividades ligadas às Indústrias Extractivas, à Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica, à Indústria de Pasta e Papel, à Fabricação de Produtos Químicos e aos Transportes, Armazenagem e Comunicações registam valores de produtividade muito aquém da produtividade média nacional nestes sectores, assinalando-se um progressivo decréscimo entre 1995 e 2003.

2.3.4. Recursos Humanos

A produtividade de uma economia regional depende em larga medida das qualificações dos recursos humanos nela presentes, sendo indispensável a análise dos níveis educacionais na estruturação de cenários de desenvolvimento de um território. O nível de qualificação da população activa da Lezíria do Tejo é relativamente baixo, apesar da melhoria verificada nos últimos anos. Em 2001, 62% da população activa contava apenas com o ensino básico, completo ou não; e apenas 12% da população activa tinha qualificações de ensino superior. É nos concelhos de Santarém, Cartaxo, Benavente e Almeirim que se concentram os activos com profissões altamente qualificadas; ao passo que nos concelhos rurais há a maior concentração de activos com baixas qualificações.

2.3.5. Dinâmica Empresarial

De acordo com dados do INE, em 2004 cerca de 31 mil empresas tinham sede nos concelhos da região, 25% das quais em Santarém, seguindo-se Almeirim, Rio Maior, Benavente e Cartaxo, cada um destes concelhos com cerca de 9%. Os sectores do comércio a retalho, construção civil, alojamento e restauração e agricultura e produção animal representam, conjuntamente, cerca de 51% das empresas da região. No contexto das actividades industriais, os sectores com maior número de empresas na região são: Indústria Agro-Alimentar, Fabricação de Produtos Metálicos e Metalomecânica, Indústria de Madeira e Cortiça e Fabricação de Minerais Não Metálicos.

A proporção de empresas criadas e dissolvidas em 2004, uma medida frequentemente usada para medir o empreendedorismo, foi na região sensivelmente idêntica à média nacional (6,0% contra 6,6% e 3,7% contra 3,9%, respectivamente).

As empresas de pequena e média dimensão estão sobretudo ligadas às actividades terciárias ou a determinados sectores industriais mais tradicionais, como a metalomecânica, a produção de minerais não metálicos e o agro-alimentar. Cerca de 28% dos trabalhadores por conta de outrem da região desenvolvem a sua actividade em empresas com menos de 10 trabalhadores.

Por outro lado, empresas de grande dimensão, muitas de capital estrangeiro, com fortes economias de escala (destaque para os sectores da fabricação de material de transporte e agro-alimentar) empregam pouco mais de 20% dos trabalhadores por conta de outrem, com destaque para o concelho da Azambuja (cerca de metade dos trabalhadores do concelho).

2.3.6. Desempenho Económico

Nos últimos anos, assistiu-se a um forte crescimento do VAB da região: 75% entre 1995 e 2003, contra uma média nacional de 59% neste período. Foi também um crescimento muito superior ao do emprego, que registou na região uma variação de 22% no período, contra uma média nacional de 12%. O sector com a maior fatia do VAB (e do emprego) na região é o da Agricultura e Produção Animal (15% do VAB e do emprego em 2003). Entre 1995 e 2003 assistiu-se a um aumento de 20% do VAB neste sector (enquanto que o emprego decresceu 15%). Entre os restantes sectores, destaque para a Indústria Agro-Alimentar (com um peso relativo ordem dos 15% no VAB regional), o Comércio por Grosso e a Retalho e a Administração Pública (cada um cerca de 10%).

Da análise *shift-share* aplicada ao VAB conclui-se que a Lezíria do Tejo apresentou, entre 1995 e 2003, uma evolução mais dinâmica do que a nacional nas Indústrias Metalúrgicas, da Madeira, Pasta e Papel e dos Artigos de Borracha e Matérias Plásticas, além do principal sector industrial da região, a Indústria Agro-Alimentar e, em menor escala, a Fabricação de Material de Transporte. Também os serviços não mercantis, da Administração Pública, tiveram na região um crescimento acima do verificado a nível nacional. Entre os sectores que evidenciam na região problemas de competitividade, são de salientar a Agricultura e Produção Animal, as Indústrias Extractivas e a Fabricação de Minerais Não Metálicos.

A Lezíria do Tejo apresenta uma estrutura de actividades pouco diversificada, assumindo-se como sectores de especialização produtiva a Fabricação de Material de Transporte, a Agricultura e Produção Animal, as Indústrias Alimentares, a Fabricação de Artigos de Borracha e Matérias Plásticas, a Indústria da Madeira e Cortiça e as Indústrias Extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos. A região especializa-se sobretudo em sectores baseados na exploração de recursos naturais e nas economias de escala, denotando debilidades na representatividade de factores mais avançados de competitividade.

Em termos de volume de negócios, destaque para a Fabricação de Material de Transporte, com cerca de 19% do total de volume de negócios da região, Comércio por Grosso (15%) e Indústria Agro-Alimentar (14%). As exportações representam cerca de 32% do PIB regional (contra os 22% da média nacional). Entre os produtos mais exportados pela região destacam-se os veículos comerciais e componentes para a indústria automóvel; produtos agrícolas; produtos da indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas; bebidas; produtos à base de carne animal; artigos de matérias plásticas; o mobiliário e colchões; e minerais não metálicos. Predominam assim as exportações de produtos baseados em economias de escala e em intensidade de recursos naturais ou trabalho.

2.3.7. Nível Tecnológico

Esta região apresenta um reduzido peso relativo do VAB industrial gerado pelos sectores de média/alta tecnologia, o que decorre do facto do seu tecido empresarial estar ligado sobretudo a actividades com níveis de baixa ou média/baixa tecnologia ou a actividades dependentes do factor escala de produção. Apenas cerca de 2% do total das exportações derivam de sectores de elevada

intensidade de investigação ou de sectores centrados em produtos diferenciados e de média tecnologia.

2.3.8. TIC na Lezíria do Tejo

As actividades de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) absorviam, em 2004, apenas 1,2% do emprego total da região (abaixo dos 3,3% verificados a nível nacional). Apenas 36% das famílias possuíam computador na região (45% a nível nacional). A taxa de penetração da Internet é inferior à média nacional (33% das famílias possuíam, em 2005, acesso à rede, contra 36% a nível nacional). Existem assimetrias intra-regionais bem evidentes, com Santarém e Cartaxo a ultrapassar as médias nacionais e os demais concelhos a ficar atrás, ou muito atrás nas áreas mais rurais.

A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), com a colaboração de outros *stakeholders*, tem vindo nos últimos anos a desenvolver projectos, com o apoio dos fundos estruturais, destinados a promover o incremento do uso das TIC na sociedade e nos serviços públicos na região, e a combater a info-exclusão. As várias iniciativas de desenvolvimento das TIC na Lezíria do Tejo assumem-se como relevantes para a competitividade da região. A boa conectividade digital apresenta-se como uma condição imprescindível ao desenvolvimento competitivo dos sectores de especialização regional, bem como das várias actividades económicas que poderão vir a ser potenciadas através de uma estratégia concertada para a região.

2.4. Ambiente

O agravamento de determinados problemas ambientais e o reconhecimento do imperativo de inverter tendências insustentáveis conduziu a que fosse reconhecido ao ambiente um valor objectivo para toda a comunidade. Este reconhecimento encontra fundamento igualmente na forte ligação entre o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas e a “qualidade” do ambiente. Desta forte ligação resulta também a importância que se atribui à actuação preventiva.

A educação para a sustentabilidade é um processo permanente de aprendizagem, cujo objectivo consiste em aumentar os níveis de conhecimento e de consciencialização sobre os desafios associados às três dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e económica – e que constitui um instrumento essencial para a mudança de motivações, de decisões e de comportamentos individuais e colectivos. A Comunidade Educativa é a sede privilegiada para promover a educação para uma cidadania sustentável; como tal, a escola constitui um actor privilegiado para apelar à aplicação dos princípios da Agenda 21.

2.4.1. Saneamento Básico

Os concelhos que formam a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo apresentam diferentes estádios de desenvolvimento ao nível dos equipamentos de saneamento básico de que dispõem. A média de

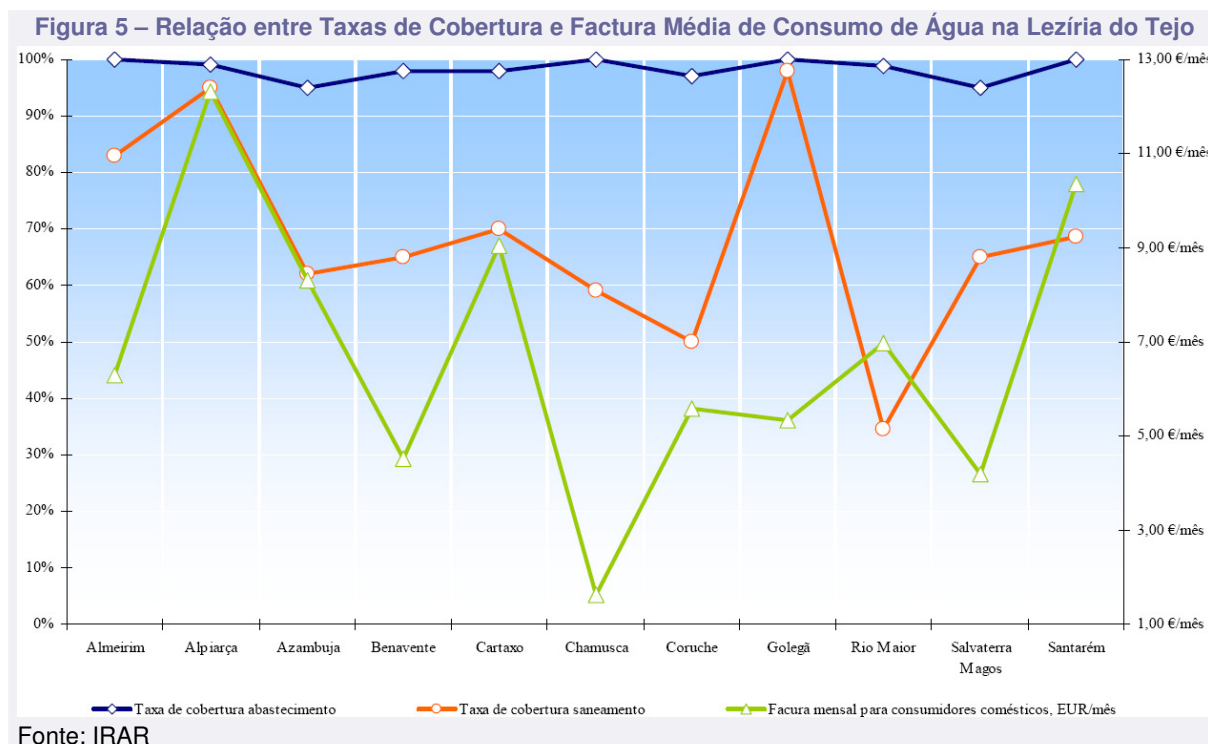
cobertura para os municípios da Lezíria do Tejo é de 98% no abastecimento de água (meta de 95% estabelecida no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PEAASAR); e de 65% na drenagem e tratamento de águas residuais (meta de 90% para o saneamento de águas residuais no PEAASAR), ou seja, ainda claramente insuficiente.

São evidentes as assimetrias entre os vários concelhos da região que optaram por seguir diferentes soluções de gestão, o que se repercutiu ao nível dos equipamentos de saneamento básico existentes e montantes de investimento realizados:

- A maioria dos municípios (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém) optou por um sistema municipal integrado que passou pela constituição de uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos, denominada Águas do Ribatejo – Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM, que integrará a gestão dos sistemas em alta (captação e adução) e em baixa (distribuição);
- Os municípios de Rio Maior e Azambuja aderiram ao sistema multimunicipal da Águas do Oeste, S.A. para gestão dos sistemas em alta, detido a 51% pela empresa pública Águas de Portugal, S.A., e mantêm os sistemas em baixa sob gestão municipal.

Existem 83 sistemas independentes de abastecimento de água nos municípios que formam a EIM, sendo 3 dos quais abastecidos directamente pela EPAL. O abastecimento de água nestes municípios faz-se por recurso a origens subterrâneas – furos - ou sub-superficiais de água – camadas aluvionares, sendo a água captada sujeita a um tratamento por desinfecção e, em alguns casos raros, correcção de pH. Na totalidade dos 11 municípios da CULT existe uma rede de armazenagem formada por pequenos reservatórios, com capacidade total abaixo dos 500 m³. A qualidade da água consumida pelos habitantes da Lezíria do Tejo é ainda insatisfatória, de acordo com os últimos dados oficiais do Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), que fiscaliza a qualidade da água de abastecimento em Portugal. Com a constituição da empresa inter-municipal Águas do Ribatejo, com participação de um parceiro privado, prevê-se uma melhoria acentuada da situação.

Verifica-se também um insuficiente desenvolvimento do tratamento de águas residuais. A rede de drenagem de águas residuais tem perto de 700 km e existem cerca de 100 km de interceptores. Para se atingirem as metas definidas pelo PEAASAR, estima-se que será necessário efectuar um esforço financeiro de 538 €/hab. para os concelhos que integram a EIM, dividido por investimentos em alta e em baixa, quer de abastecimento, quer de saneamento. Os municípios que requerem maiores investimentos per capita para cumprir as metas do PEAASAR são Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém (todos estes, mais de 500 €/hab). Esta necessidade de investimento não tem sido devidamente repercutida nas tarifas praticadas.



Na esmagadora maioria dos casos as tarifas médias cobradas aos consumidores são demasiado baixas e não acompanham o nível de cobertura existente. Com a necessidade do cumprimento das metas impostas pelo PEASAR, que obrigará à realização de investimentos avultados por parte dos municípios da Lezíria, será expectável a aproximação dos tarifários a valores mais elevados e mais próximos do custo dos serviços, permitindo assim a sustentabilidade das entidades gestoras.

2.4.2. Resíduos

O Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), preconiza o encerramento e recuperação ambiental de locais ilegais de deposição de resíduos, a construção de infra-estruturas de tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e o reforço da recolha selectiva e da reciclagem, tendo em vista o cumprimento de metas estabelecidas (metas seguintes para 2005): 5% dos RSU seriam objecto de redução, 25% seriam reciclados, 23% seriam confinados em aterros sanitários, 22% incinerados e 25% valorizados pelo processo da compostagem. O PERSU estabeleceu igualmente o ano 2000 como prazo limite para o encerramento de lixeiras.

O nível de infra-estruturas disponíveis em Portugal Continental tem vindo a convergir com as metas do PERSU. A produção de RSU na Lezíria do Tejo cresceu cerca de 26% na última década (média nacional de 30%).

Na Lezíria do Tejo, os sistemas responsáveis pela gestão integrada dos RSU e cumprimento dos objectivos estratégicos e legais estabelecidos para este sector nos municípios da Lezíria do Tejo são os seguintes:

- Resioeste (sistema multimunicipal, empresa gestora do Aterro Sanitário do Oeste, criado em 1997);
- Resitejo (Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, que abrange a área geográfica dos concelhos de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, criado em 1996);
- Resiurb (que abrange os concelhos de Almeirim, Alpiarça, Coruche, Salvaterra de Magos, Benavente e Cartaxo, criado em 1997).

Em 2005 entrou em funcionamento a Ecoléziria – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, de capitais maioritariamente públicos (51% do capital detidos pela Resiurb), responsável pela gestão do aterro sanitário da Raposa (Almeirim).

A deposição em aterro nestes sistemas de gestão está ainda longe da meta definida pelo PERSU para o ano de 2005 (máximo de 23%), sendo que em nenhum dos três sistemas se ficou abaixo dos 94% do total dos RSU produzidos. Também na reciclagem de RSU, cuja meta do PERSU para 2005 era de pelo menos 25%, se ficou, até agora, longe do objectivo, sendo que em nenhum dos três sistemas se ultrapassou os 6% do total.

São notórias algumas falhas no destino final dado à esmagadora parte dos RSU produzidos: a deposição em aterro tem um peso de 98%, quando o PERSU preconizava para 2005 um valor de 23%. A recolha diferenciada por ecopontos terá de ser fomentada e, eventualmente, deverá prever-se a recolha diferenciada porta-a-porta em núcleos urbanos de dimensão relevante (ex. Santarém).

Os municípios que integram a Lezíria do Tejo dispõem actualmente de um bom nível de infra-estruturas de gestão quer de RSU, quer de resíduos não perigosos (RIB), estando previsto a médio prazo a implementação de instalações de tratamento de resíduos perigosos (CIRVER). Actualmente existem nesta região serviços de recolha, transporte, triagem, tratamento e deposição final para RSU e RIB.

No âmbito do estabelecido na Estratégia Nacional para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) destinados a aterros (cerca de 60% dos RSU), foram definidos valores limites de deposição destes resíduos em aterro que apontam para valores da ordem dos 75% de RUB admitidos em aterro em 2006, 50% em 2009 e 35% em 2016. Os municípios da Lezíria do Tejo que constituem os sistemas intermunicipais da Resitejo e Resiurb optaram pela partilha de uma central de valorização orgânica, a operar a partir de final de 2007 no concelho da Chamusca. Os municípios de Rio Maior e Azambuja, integrados no sistema da Resioeste, associar-se-ão ao sistema multimunicipal da Valorlis para partilha de uma instalação similar. O facto de uma das 13 novas unidades de valorização orgânica a construir em Portugal Continental vir a ficar situada na região da Lezíria é bastante relevante para a região, devendo por isso ser aproveitado para a promoção de uma política de consciencialização ambiental. Só através do investimento na sensibilização poderá inverter-se a tendência de crescimento da produção de RSU e, simultaneamente, promover o aumento da valorização.

Os resíduos industriais foram também objecto de um Plano Estratégico de Gestão (PESGRI), que estabelece princípios estratégicos pelos quais se deverá nortear a sua gestão. Segundo os últimos dados conhecidos do INR, o volume de resíduos industriais produzidos na região decresceu 5,7% entre 2002 e 2003. Os principais destinos dados a estes resíduos foram os seguintes: deposição sobre o solo ou no seu interior (ex. aterro sanitário) – 43%; reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas – 14%; tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente – 11%; reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes – 10%.

Na Lezíria existe um aterro licenciado pelo Instituto dos Resíduos destinado à deposição final de resíduos não perigosos (RIB), no concelho da Chamusca. Em 2004 foi lançado um concurso público para a construção de dois CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos, na Chamusca. Estas unidades têm como objectivo recuperar, eliminar e valorizar os resíduos industriais perigosos produzidas em Portugal Continental, recorrendo para tal às melhores tecnologias disponíveis. Os resíduos que não são passíveis de tratamento serão submetidas a operações de estabilização ou inertização e depositados em aterro.

2.4.3. Qualidade das Águas Superficiais

A Lezíria do Tejo revela problemas vários no que respeita à qualidade da água, a qual se encontra muito degradada. A qualidade de água nos Rios Almonda, Alviela e Maior é classificada de acordo com um conjunto de parâmetros estabelecidos pela legislação nacional como “extremamente poluída” (inadequada para a maioria dos usos) nos casos dos rios Alviela e Maior e “muito poluída” (apenas potencialmente apta para irrigação, arrefecimento e navegação) no caso do Rio Almonda. A má qualidade destes meios hídricos pode afectar a vida de espécies ou ecossistemas de interesse para a conservação da Natureza. Quase todas as áreas que merecem estatuto de protecção especial de conservação da Natureza na Lezíria apresentam um valor conservacionista que advém principalmente da existência de ecossistemas aquáticos e ribeirinhos. A Reserva Natural do Paul do Boquilobo, como exemplo, localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Almonda.

Com a classificação de Zonas Vulneráveis no âmbito da transposição da Directiva 91/676/CEE – áreas que drenam para as águas poluídas, ou susceptíveis de o virem a ser, nas quais se praticam actividades agrícolas que contribuem para a sua poluição – foi atribuído um estatuto específico a uma parte significativa da zona de atravessamento sobretudo do Rio Alviela, integrado na zona vulnerável do Tejo. Muitas das carências e disfunções ambientais atrás referidas não sofreram, contudo, ainda melhorias. A resolução deste quadro preocupante, com destaque para as questões que possam estar associadas a riscos para a saúde pública ou à presença excessiva de substâncias perigosas e às exigências de protecção de recursos hídricos de interesse estratégico para utilizações actuais ou futuras, exige o pleno cumprimento da legislação em vigor relativa à protecção dos meios hídricos e ao controlo da poluição.

2.4.4. Conservação da Natureza e da Biodiversidade

A riqueza significativa em património natural da Lezíria do Tejo encontra expressão nas áreas do seu território que mereceram estatuto especial de protecção (nos concelhos de Azambuja, Benavente, Coruche, Golegã, Rio Maior e Santarém). Estas áreas classificadas possuem, na generalidade, um elevado valor para a conservação da vegetação e da flora, e enfrentam presentemente desafios consideráveis.

À Reserva Natural do Estuário do Tejo colocam-se desafios inerentes à sua localização – proximidade de zonas urbanas e industriais em expansão – que levanta um conjunto de problemas relativos a edificações e vias de comunicação.

À reserva Natural do Paul do Boquilobo, colocam-se desafios muito significativos em matéria de (i) poluição química resultante de efluentes domésticos e também de actividade agrícola e industrial, (ii) caça furtiva, (iii) drenagem das áreas adjacentes para aproveitamento de terreno para agricultura, (iv) infestação do paul por jacinto-de-água (planta infestante de sistemas fluviais e lacunares urbanos), (v) derrube do montado envolvente para plantação de eucaliptos e outras culturas.

As Serras de Aires e Candeeiros, têm igualmente de enfrentar um conjunto de desafios relacionados com (i) exploração de inertes, (ii) colheita de espécies vegetais ameaçadas, (iii) perturbação das grutas, (iv) implantação de infra-estruturas, (v) Incêndios, (vi) erosão.

2.4.5. Padrão Energético

A integração da dimensão energética é um imperativo de qualquer processo de planeamento ou desenvolvimento que se pretenda sustentável. Ao aumentar a eficiência energética de um território aumenta-se também a sua competitividade e, por consequência, criam-se melhores condições para a atracção de investimentos e promoção do emprego e do bem-estar social.

Em termos gerais, a Lezíria do Tejo segue o padrão energético nacional. Entre 1994 e 2004 assistiu-se a um aumento do consumo de combustíveis derivados do petróleo na ordem dos 96% na região. Todavia, na região tem vindo a verificar-se a substituição gradual de processos industriais alimentados a gás propano pelo gás natural, bem como a integração desta fonte de energia na cozinha e aquecimento de habitações mais modernas.

O consumo de energia eléctrica apresentou na Lezíria do Tejo, entre 1994 e 2004, um crescimento médio anual da ordem dos 8,5%, ao passo que a taxa de crescimento média anual dos consumidores de energia eléctrica de baixa e alta tensão foi, naquele período, de 2,5%, demonstrando que o consumo unitário tem aumentado na região. Este aumento é consequência sobretudo do crescimento dos serviços e do nível de equipamentos eléctricos disponíveis nas habitações. Nos concelhos menos densamente povoados, mais rurais e com menor concentração de actividade económica, o consumo per capita de electricidade é mais baixo. 32% da energia consumida teve como destino os serviços, seguindo-se a indústria (27%) e o sector doméstico (26%). A agricultura consome 13% da energia eléctrica total.

Na Lezíria do Tejo as energias renováveis assumem um papel muito importante para a sustentabilidade ambiental e económica da região:

- Energia Solar Térmica e Fotovoltaica:

A insolação média anual da Lezíria do Tejo é de 3000 horas, o que oferece à região vantagens muito interessantes na aposta nesta FER. A instalação de colectores solares em habitações, escolas, piscinas e pavilhões desportivos poderá reduzir em cerca de 70% o consumo de energia convencional para o aquecimento de água, permitindo a maior eficiência energética dos edifícios. Através de uma estratégia concertada, a Lezíria do Tejo poderá apostar no desenvolvimento da energia solar (produção e investigação), através da captação de investimentos neste domínio (por exemplo, atracção de actividades de I&D e de unidades industriais de painéis solares). A infra-estrutura ambiental em desenvolvimento no concelho da Chamusca – o EcoParque – deverá alicerçar todas as actividades da fileira energética e ambiental da Lezíria do Tejo, sendo os segmentos solar térmico e fotovoltaico muito interessantes.

- Valorização Energética de Resíduos:

A utilização dos resíduos combustíveis para a produção de energia, através da incineração directa com recuperação de calor, reveste-se de especial interesse para a região, a qual tem vindo a apostar no desenvolvimento da fileira do ambiente e energia com a construção do referido EcoParque no concelho da Chamusca, onde se localizarão os dois Centros Integrados de Recuperação e Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER). Existem notórias potencialidades na valorização energética de resíduos, sem prejuízo das actividades de reutilização ou reciclagem dos mesmos.

- Produção de Culturas Energéticas:

As culturas energéticas são todas as culturas destinadas à produção de produtos energéticos, nomeadamente biocombustíveis e energia eléctrica e térmica produzida a partir de biomassa. A Lezíria do Tejo apresenta importantes vantagens no desenvolvimento de actividades ligadas às culturas energéticas, em virtude da forte presença, tradição e competência no sector agrícola e florestal.

- Biogás:

O biogás é um gás combustível obtido pela degradação biológica anaeróbica dos resíduos orgânicos. Tanto as actividades agro-pecuárias como a indústria agro-alimentar são muito importantes na Lezíria do Tejo e estas são duas das mais relevantes áreas de produção de biogás (às quais se juntam as ETAR municipais e os resíduos sólidos urbanos).

- Biomassa:

A biomassa é uma fonte de energia derivada do aproveitamento energético de resíduos florestais e de resíduos provenientes de explorações agro-alimentares. O aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos, para além de um instrumento de luta contra os

incêndios (através da limpeza das florestas), deve ser encarado como uma oportunidade de negócio e de criação de emprego em territórios rurais. A Lezíria do Tejo apresenta uma das mais elevadas superfícies florestais do país. Por outro lado, a existência de várias empresas de exploração de madeira na Lezíria do Tejo também constitui uma mais-valia, já que estes agentes económicos disponibilizam resíduos florestais que podem ser igualmente aproveitados.

- Apoio ao desenvolvimento do Cluster Eólico Nacional:

A Lezíria do Tejo tem um potencial eólico abaixo de muitas outras regiões portuguesas, mas tem por outro lado potencial de desenvolvimento de actividades complementares ou de apoio à expansão desta FER a nível nacional. A concretizar-se uma estratégia de desenvolvimento das actividades aeronáuticas na região, a manutenção de aerogeradores poderá ser um nicho de actividades interessante para a Lezíria do Tejo (já que tem semelhanças à manutenção de motores de aeronaves), além da própria actividade de montagem de componentes já produzidos no país (pás e "hubs" ou "nariz" dos aerogeradores). Por outro lado, o referido EcoParque da Chamusca poderia também albergar actividades (de produção, manutenção, investigação) no domínio da energia eólica. A contiguidade geográfica com uma das regiões com mais forte potencial eólico do país – a região Oeste – poderá funcionar como um factor impulsionador da integração da Lezíria do Tejo no cluster eólico nacional.

Deverá portanto ser construída uma estratégia regional conducente ao aproveitamento da fileira energética na Lezíria do Tejo, focada na racionalização do consumo e eficiência energética; na sensibilização da população para as questões energéticas e sua ligação ao desenvolvimento sustentável; na incorporação do vector Energia no processo de planeamento urbano e desenvolvimento regional; na integração das actividades económicas da região na fileira energética e ambiental; e na promoção das FER.

2.5. Acessibilidades, Transportes e Logística

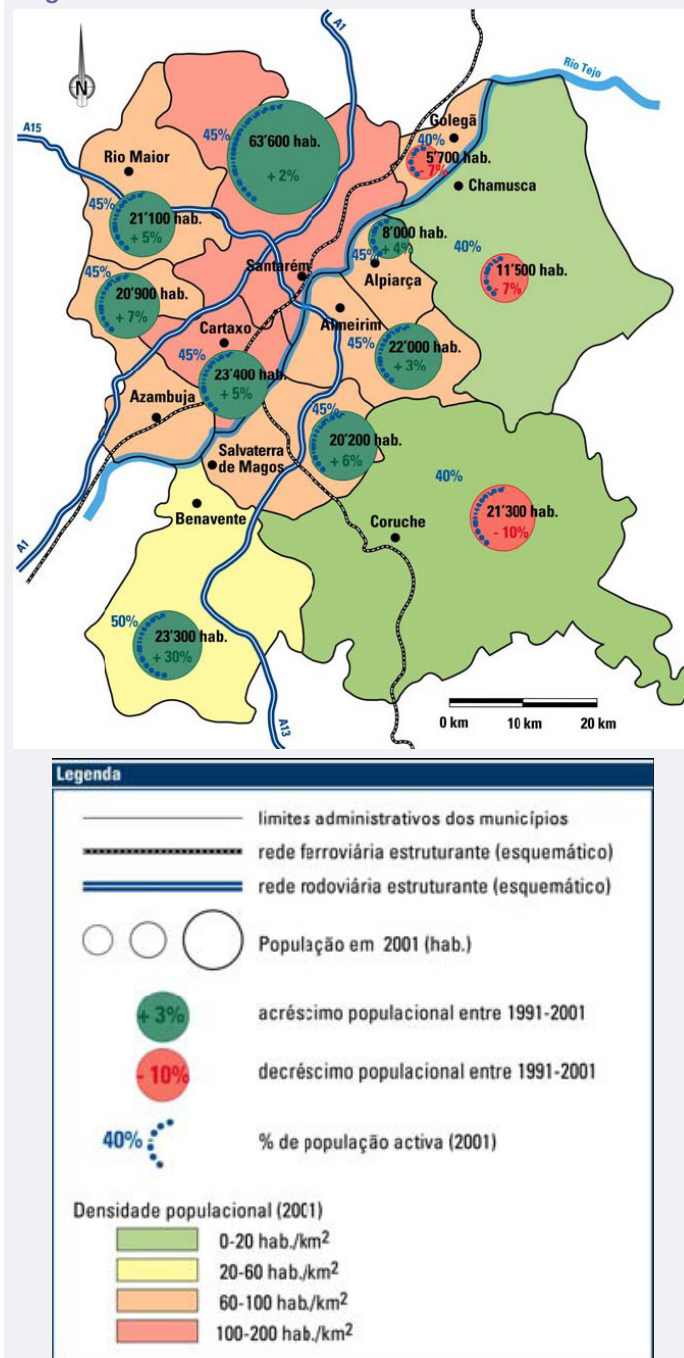
O presente capítulo aborda os vários domínios relativos à temática das deslocações, pretendendo nesta primeira etapa apresentar a imagem da situação de referência da região da Lezíria do Tejo. Os domínios abordados prendem-se com a caracterização da acessibilidade e mobilidade na Lezíria no que respeita ao transporte individual, ao transporte colectivo, assim como aos "modos verdes" (ciclismo e andar a pé). A temática em causa abrange igualmente a acessibilidade aos vários pólos de desenvolvimento da região.

2.5.1. Acessibilidade e Elementos Sócio-Económicos

A Lezíria do Tejo apresenta uma concentração populacional ao longo dos corredores definidos pelo Rio Tejo e pelas infra-estruturas estruturantes de transporte rodoviário e transporte ferroviário de ligação Norte-Sul, que corresponde a cerca de 85% do total da população da Lezíria. Os municípios em causa apresentaram ligeiros acréscimos populacionais no período intercensitário 1991-2001, com destaque para o concelho de Benavente, cujo crescimento populacional foi de cerca de 30%, devido à sua localização de proximidade face à Área Metropolitana de Lisboa.

Inversamente, os concelhos da Golegã, Chamusca e Coruche, apresentaram um ligeiro decréscimo populacional. Consta-se que estes municípios, caracterizados igualmente por densidades populacionais reduzidas, não são servidos por infra-estruturas de transporte estruturantes, uma vez que a dispersão territorial não potencia a infraestruturção. É notória a dicotomia em termos demográficos entre o território "Oeste-Central", centrado no cruzamento entre as duas infra-estruturas de transporte rodoviário, as auto-estradas A1 e A15 e o território "Interior Este".

Figura 6 – Acessibilidade e Elementos Sócio-Económicos



2.5.2. Transporte Individual

A acessibilidade rodoviária a Este do Rio Tejo apresenta-se menos desenvolvida face à zona Oeste. O território a Oeste é servido por uma ligação Norte-Sul paralela ao Rio Tejo (Auto-estrada A1: Lisboa – Porto) e por uma ligação Este-Oeste (auto-estrada A15: Santarém - Óbidos). A sobreposição destes dois eixos estruturantes na proximidade da cidade de Santarém atribuem-lhe uma acessibilidade regional e nacional de excelência. O território da Lezíria a Este do Rio Tejo apresenta uma ligação

Norte-Sul (auto-estrada A13: Almeirim – auto-estrada A2), sendo a zona interior servida pela rede viária nacional, que assegura as ligações entre as sedes de concelho. O Rio Tejo funciona como barreira nas ligações Este-Oeste, existindo um atravessamento estruturante (IC10) que permite fazer a ligação entre as auto-estradas A1 e A15 e a auto-estrada A13. Existem ainda três atravessamentos rodoviários no território da Lezíria e um a Sul, em Vila Franca de Xira (EN10), que serve em particular a zona sul (concelhos de Benavente, Salvaterra de Magos e Coruche). Está actualmente em construção a Auto-estrada A10 e o consequente atravessamento do Rio Tejo, que permitirá fazer a ligação à auto-estrada A13 e em particular a Lisboa, permitindo a ligação directa aos municípios a norte da AML (ligação entre a auto-estrada A10 e a CREL).

Os dados existentes permitem constatar a existência de volumes de tráfego elevados na proximidade dos atravessamentos do Rio Tejo e ao longo da auto-estrada A1. A rede viária nacional apresenta volumes de tráfego reduzidos nas zonas mais interiores e rurais da Lezíria do Tejo. Apenas a ligação Este-Oeste entre Coruche e Vila Franca de Xira mostra volumes mais elevados devido à possibilidade de ligação a Lisboa. Importa realçar que a análise efectuada foi condicionada pelos dados disponíveis.

2.5.3. Transporte Colectivo

Relativamente ao transporte colectivo, a análise foi elaborada tendo por base o "Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo – Caracterização e Diagnóstico" elaborado pela empresa Transes para a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e disponibilizado por esta última. Conclui este estudo que:

- A oferta de transporte ferroviário da Lezíria do Tejo é caracterizada pela linha do Norte, que efectua a ligação nacional Lisboa–Porto e apresenta um serviço de carácter nacional em detrimento do serviço regional, pela linha suburbana Lisboa–Azambuja com um serviço satisfatório e pelo ramal de ligação Setil–Vendas Novas;
- O transporte colectivo rodoviário é assegurado por dois operadores: "Rodoviária do Tejo", que actua sobretudo na margem Norte do Tejo e nos concelhos de Almeirim e Salvaterra de Magos; e "Ribatejana", que assegura essencialmente as ligações no seio do concelho de Coruche e com os concelhos de Almeirim, Benavente e Salvaterra de Magos;
- É notória a melhor cobertura geográfica da margem Norte do Rio Tejo face a um défice de oferta na zona meridional interior da Lezíria, coincidente com a dispersão populacional que marca este território. Verifica-se que uma parte considerável de população da região em estudo (15%) não é servida por transporte colectivo. 30% da população não servida por transporte colectivo diz respeito ao concelho de Coruche, o que significa que cerca de metade da população deste município não tem acesso ao transporte colectivo.

2.5.4. Mobilidade dos Residentes Activos e Repartição Modal

Uma vez mais, a análise foi elaborada tendo por base o “Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo”. As principais ideias apresentadas foram:

- A caracterização da mobilidade espacial da Lezíria do Tejo permite estabelecer as relações de dependência da região face ao exterior, assim como, as relações de dependência entre os municípios que dela fazem parte integrante;
- Encarando a região como unidade espacial, verifica-se que cerca de 85% das viagens realizadas pela população activa da Lezíria do Tejo têm como destino a própria região, isto é, são internas à Lezíria. O segundo destino corresponde ao restante distrito de Lisboa, com cerca de 10% das viagens e ainda o restante distrito de Santarém com cerca de 2% das viagens. Esta mesma realidade aplica-se aos municípios quando analisados isoladamente;
- Os municípios da Golegã, Alpiarça, Azambuja, Chamusca e Cartaxo apresentam maiores dependências face ao exterior – entre 35% a 40% da população não tem como destino o respectivo município;
- Cerca de 60% das viagens são realizadas mediante a utilização do veículo próprio; contudo, os denominados modos verdes ou suaves (ciclismo e circulação pedonal) têm um peso bastante razoável, cerca de 25% do total de viagens. O transporte colectivo apresenta um índice de utilização particularmente reduzido, apenas 15% das viagens são realizadas em transporte colectivo.

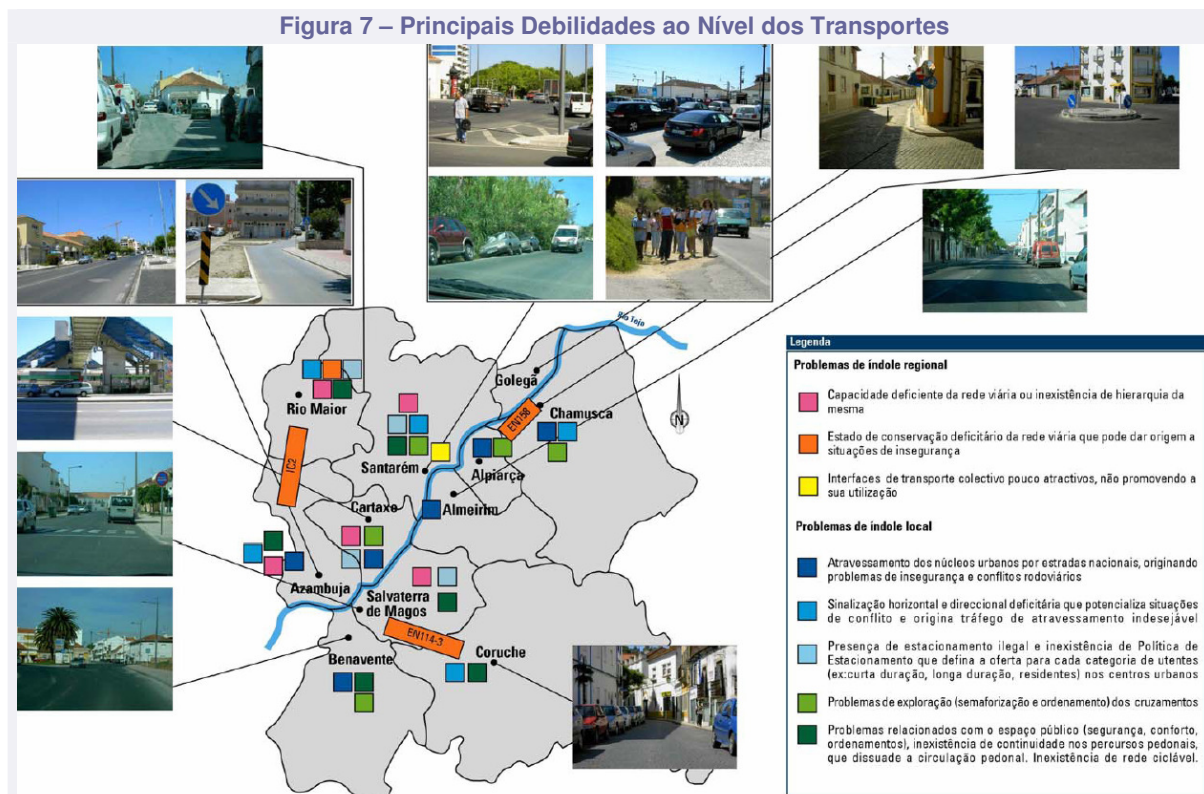
2.5.5. Debilidades – Análise Sumária

Procedeu-se à identificação das disfunções mais frequentes, organizando-as em dois grandes grupos, um relativo aos problemas de índole regional e o outro relativo aos problemas associados aos centros urbanos, de índole local. Os problemas de índole regional prendem-se com a capacidade insuficiente e estado de conservação deficitário da rede viária regional, assim como com a inexistência ou pouca atractividade dos interfaces de transporte colectivo.

No que respeita aos problemas dos centros urbanos, a cidade de Santarém destaca-se dos restantes pela sua dimensão populacional (cerca de 30.000 habitantes) e por constituir um importante pólo de atractividade regional, reflectindo os problemas de mobilidade decorrentes das dinâmicas geradas pelo seu desenvolvimento. A cidade apresenta actualmente problemas relacionados com a elevada utilização do transporte individual, que tem vindo a saturar a rede viária existente, com a presença de estacionamento ilegal, problemas de exploração dos cruzamentos, entre outros.

Os centros urbanos de Rio Maior, Azambuja, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Coruche têm em comum as situações que atravessam os aglomerados de pequena dimensão em desenvolvimento, isto é, a inexistência uma clara organização das circulações. Almeirim, Alpiarça e Chamusca

apresentam a mesma realidade em termos viários, uma vez que são atravessados pela estrada nacional, que origina situações de conflito e insegurança.



2.6. Análise SWOT

Forças

- Dimensão demográfica favorável à obtenção de economias de aglomeração.
- Dinamismo demográfico dos centros urbanos de pequena e média dimensão
- Existência de um sistema urbano polinucleado, progressiva consolidação de lógicas de complementaridade entre centros urbanos
- Progressiva urbanização do território, o que se traduzirá na infra-estruturação do território
- Existência de equipamentos com um alcance supra-regional
- Crescente apetrechamento da região em diversos equipamentos, gerando novas centralidades
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados à população em diversos domínios e valências
- Boa rede de equipamentos de ensino, incluindo ensino superior
- Importância do Hospital Distrital de Santarém na prestação de cuidados de saúde diferenciados
- Excelente cobertura em equipamentos desportivos
- Ofertas culturais diversificadas
- Localização próxima da Área Metropolitana de Lisboa, o mais importante eixo de desenvolvimento do País
- Existência de um património natural, cultural e arquitectónico de elevada qualidade
- Dotação paisagística e climática com forte potencial para o desenvolvimento de turismo de qualidade
- Qualidade de solos e forte potencial agrícola
- Existência de instituições de ensino profissional e de instituições de apoio técnico-empresarial
- Média de cobertura elevada no conjunto dos municípios em abastecimento de água
- Bom nível de dotação em infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos urbanos e resíduos não perigosos
- Boa qualidade do ar
- Potencial elevado em energias renováveis, sobretudo em energia solar
- Boa acessibilidade estruturante ao longo do Rio Tejo em corredores de infra-estruturas rodó e ferroviárias

Fraquezas

- Dispersão do povoamento em algumas áreas da região
- Insuficiente articulação entre alguns centros urbanos da região
- Existência de centros urbanos demasiado dependentes do terciário administrativo
- Decréscimo populacional acentuado em algumas freguesias rurais da região, e elevado envelhecimento populacional na maioria das freguesias e concelhos
- Carências em alguns segmentos do ensino superior, nomeadamente das tecnologias e da saúde
- Insuficientes infra-estruturas de I&D e centros tecnológicos
- Dispersão de alguns equipamentos de menor dimensão (escolas, centros de saúde) em áreas rurais
- Escassez de recursos humanos no sector da saúde
- Carências em algumas valências de saúde e acção social, caso das Unidades de Cuidados Continuados
- Insuficiências em equipamentos desportivos e culturais principalmente em núcleos fora das sedes de concelho
- Baixos níveis de qualificação escolar e profissional dos activos
- Insuficiente ordenamento dos espaços industriais
- Debilidade dos serviços e estruturas de apoio às actividades produtivas
- Especialização produtiva em sectores com tendência de deslocalização
- Forte heterogeneidade intra-regional em termos de dinâmica económica e empresarial
- Forte peso dos serviços não mercantis na economia regional
- Média de cobertura insuficiente no conjunto dos municípios na drenagem e tratamento de águas residuais
- Incumprimento das metas de reciclagem definidas para os RSU num contexto de subida da capitação destes resíduos
- Baixa adesão das empresas da região à certificação ambiental
- Elevada dependência de combustíveis fósseis; insuficiente aproveitamento do potencial existente em energias renováveis
- Convergência da acessibilidade Este-Oeste para as quatro travessias do Rio Tejo, acessibilidade às zonas mais rurais com um nível de serviço mais reduzido
- Problemas de circulação nos centros urbanos
- Serviço de transporte colectivo deficitário, em particular nos concelhos da Coruche, Chamusca, Alpiarça, Rio Maior e Azambuja
- Baixos níveis de eficiência da Administração Pública

Oportunidades

- Localização e contexto territorial envolvente favorável
- Elevado potencial de afirmação e articulação das principais cidades com outros sub-sistemas urbanos
- Dinâmicas de crescimento induzidas a partir da AML
- Vitalidade demográfica induzida pela população imigrante jovem, com consequências positivas no processo de desenvolvimento
- Existência de eixos urbanos com potencial de articulação com os níveis mais elevados do sistema urbano nacional
- Potencial de crescimento do ensino superior nalgumas valências
- Investimentos previstos no sector da educação e formação no âmbito das Cartas Educativas e do QREN
- Potencial associado ao facto de Rio Maior constituir um pólo de equipamentos desportivos com um alcance supra-municipal
- Dinâmicas induzidas por alguns acontecimentos culturais de âmbito nacional (ex: Feira da Agricultura)
- Aposta no reforço das infra-estruturas tecnológicas actuais e no apoio selectivo a projectos associados ao desenvolvimento
- Fortalecimento das parcerias público/privadas
- Potencial nas infra-estruturas de apoio à actividade económica e empresarial
- Alargamento das cadeias de valor: maior participação nos circuitos de distribuição, integração de produções, serviços avançados
- Afirmação de produtos regionais como o vinho, o cavalo, o touro, com oportunidades de criação de uma Marca regional
- Criação de condições favoráveis ao aparecimento de sectores emergentes
- Reforço da clusterização em torno de pólos industriais como os da mobilidade (automóvel e aeronáutica), biotecnologia, ciências da vida, ambiente/energia
- O Tejo como importante elemento de base do modelo territorial e de desenvolvimento económico (ex. turismo)
- Exploração dos excelentes recursos paisagísticos, ambientais e patrimoniais para o desenvolvimento de actividades e serviços que favoreçam vários segmentos do sector turístico
- Implantação de instalações de tratamento de resíduos perigosos (CIRVER) que reforçarão o desenvolvimento da fileira ambiental
- Reorganização das deslocações no perímetro da Lezíria do Tejo, tendo como objectivo a melhoria da qualidade de vida da população
- Tecnologias de informação como veículo de modernização administrativa

Ameaças

- Competição e poder de atracção de outros sistemas urbanos regionais
- Forte poder atractivo da AML a sudoeste, gerando potenciais problemas de periurbanização
- Desenvolvimento de processos de urbanização difusa em algumas áreas da região
- Processo de reestruturação dos serviços desconcentrados do Estado, que poderá retirar centros de decisão à região
- Efeitos negativos gerados pela proximidade e concorrência de grandes equipamentos da AML
- Incapacidade da capital de distrito em se assumir como principal centro de equipamentos estruturantes
- Reduzida complementaridade inter-concelhia na oferta de equipamentos de nível superior
- Dinâmica de algumas áreas urbanas, gerando problemas de sobre-ocupação de equipamentos
- Envelhecimento populacional em áreas rurais, dificultando a sustentabilidade de equipamentos
- Dificuldade crescentes da actividade agrícola
- Perda de emprego em sectores de especialização regional e deslocalizações em sectores-chave
- Dinâmicas sectoriais, em matéria de emprego-formação-educação, sem a devida articulação inter-institucional
- Dificuldades de cooperação entre instituições
- Desigualdade intra-regional em termos de potencial económico e capacidade de inovação
- Fraco desenvolvimento das cadeias de valor num contexto de crescente necessidade de abertura ao exterior e fraco domínio dos circuitos de comercialização
- Perda de vantagens competitivas (face à evolução do cenário internacional), o que poderá comprometer a capacidade de captação de investimento estrangeiro e de desenvolvimento de serviços internacionais
- Aposta num crescimento intenso do sector do turismo que prejudique irreversivelmente os valores conservacionistas da região
- Incapacidade de recuperar a qualidade dos meios hídricos superficiais com potenciais impactos nas águas subterrâneas e no património natural
- Continuidade na destruição do património florestal traduzida nas substanciais áreas ardidas nos últimos anos
- Aumento da taxa de motorização que potencia o acréscimo dos problemas de deslocações já actualmente existentes
- A falta de planeamento coerente e integrado, com articulação entre o ordenamento do território e os transportes

3. Estratégia de desenvolvimento

3.1. Ambição

A definição de uma Estratégia de Desenvolvimento, em que os elementos do crescimento económico, da coesão social e da protecção ambiental se reforcem mutuamente, tem que partir de uma cuidadosa avaliação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades com que a economia e a sociedade da Lezíria do Tejo se irão deparar.

Para além disso, essa estratégia de desenvolvimento terá de se situar na trajectória mais ampla de desenvolvimento do país., e ter em linha de conta os objectivos estratégicos que se encontram definidos para a actuação das políticas públicas em Portugal, nomeadamente as constantes da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) e, em particular, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Por esta razão, a Estratégia de Desenvolvimento da Lezíria do Tejo toma naturalmente em devida consideração as orientações definidas pelo Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, o qual preconiza um conjunto de “recomendações” para o Desenvolvimento do Território no Ribatejo e no Oeste, que atendendo aos seus impactes mais ou menos directos na estratégia de desenvolvimento da Lezíria do Tejo, merecem aqui destaque, designadamente:

- “Clarificar os cenários de organização do território decorrentes da localização do novo aeroporto na Ota², tomar medidas que minimizem os efeitos perversos da eventual especulação fundiária e implementar os programas estruturantes que optimizem o seu impacte territorial;
- Desenvolver as aptidões para as actividades logísticas, principalmente no eixo Vila Franca/Cartaxo/Santarém, definindo os espaços, apoiando iniciativas e promovendo as infra-estruturas;
- Valorizar o papel de charneira inter-regional, e o potencial de localização de actividades logísticas, do polígono urbano Tomar – Torres Novas - Entroncamento - Abrantes, articulando com o litoral, com a Beira Interior e o Alto Alentejo;
- Estruturar o sistema urbano sub-regional, articulando e dando coerência a quatro subsistemas: o eixo Torres Vedras - Caldas da Rainha - Alcobaça, o eixo Vila Franca - Carregado/Azambuja - Cartaxo - Santarém, o eixo Almeirim/Santarém – Rio Maior - Caldas da Rainha e o polígono Tomar – Torres Novas - Entroncamento - Abrantes;

²Aquando da publicação do PNPOT não havia ainda sido tomada a decisão da localização definitiva do Novo Aeroporto de Lisboa.

- Reforçar o protagonismo de Santarém, com particular atenção às infra-estruturas para acolhimento de actividades intensivas em conhecimento (PCT);
- Apoiar a dinâmica emergente de afirmação de um pólo industrial Abrantes - Ponte de Sôr em torno das indústrias de fundição, automóvel e aeronáutica;
- Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respectivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas.”

O PNPOP identifica também, relativamente à NUTIII da Lezíria do Tejo, alguns aspectos particularmente caracterizadores desta região, destacando a presença relevante de agricultura competitiva nas zonas de aluvião da Lezíria do Tejo (com bons resultados e perspectivas de desenvolvimento competitivo agro comercial, mesmo no quadro da progressiva eliminação das políticas de suporte aos preços e rendimentos agrícolas) e também de agricultura extensiva com potencial agro-ambiental numa parcela substancial do Ribatejo, revelando as seguintes características: baixa densidade e envelhecimento populacional; largo predomínio de grandes e médias explorações agrícolas com sistemas de produção extensiva (agrícola, pecuária e florestal), nem sempre competitivos num contexto agro comercial mais concorrencial, mas em regra com boas condições de desenvolvimento de serviços agro-ambientais e rurais que se baseiem na abundância e qualidade do ambiente natural e da paisagem (por exemplo, conservação da natureza e da biodiversidade, actividade cinegética, turismo de natureza e outras actividades de lazer e educativas).

Estas recomendações bem como a ponderação dos pontos fortes e fracos da Lezíria, conduziram, na sequência de um debate alargado com os actores políticos, económicos e sociais da Região, a um projecto de desenvolvimento consensualizado entre os agentes públicos e privados da Região, única forma de garantir a sua pertinência, eficácia e sustentabilidade.

Subjacente a esse projecto de desenvolvimento – que tem naturalmente um horizonte de longo prazo – está um ponto de chegada, uma ambição para a Região, definida nos seguintes termos:

Fazer da Lezíria do Tejo, no horizonte de 2015, uma das regiões mais desenvolvidas do país, com níveis de crescimento elevados e recursos humanos altamente qualificados, com um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, num quadro de acrescida qualidade ambiental e protecção social.

A ambição traduz de facto o objectivo último das políticas de desenvolvimento, dando um fio condutor coerente e de longo prazo às actividades e políticas dos agentes económicos, públicos e privados. Deve ser vista como uma referência mobilizadora para um projecto exigente de modernização, qualificação e inovação da Região, tendente a reforçar a sua competitividade no espaço global.

3.2. Objectivos estratégicos

A ambição acima formulada enformará necessariamente as opções e prioridades para o próximo período de programação, consubstanciando uma estratégia de desenvolvimento que, assente nos recursos humanos, materiais e naturais da Região, deverá conduzir a um novo patamar de excelência.

A palavra-chave da estratégia futura é sem dúvida “competitividade”. É através de um reforço da competitividade que a Região garantirá a sua sobrevivência económica numa economia cada vez mais globalizada e concorrencial, assegurando ao mesmo tempo criação de riqueza e de empregos mais remuneradores e preservando a coesão social. Esse reforço da competitividade terá necessariamente que se ancorar no domínio e/ou acesso ao conhecimento e informação que for sendo produzida a nível mundial para ser incorporada nos processos produtivos e organizativos regionais e passar designadamente por:

- um maior dinamismo e inovação empresarial;
- uma aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- um reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de interfaces para facilitar a endogeneização pelo tecido empresarial dos resultados da investigação regional;
- um espaço territorialmente mais ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada, e dotado de bons equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- a preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, enquanto vectores essenciais da qualidade de vida das populações e da promoção do crescimento, quer ao nível da actividade agrícola quer ao nível do sector do turismo;
- uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os actuais custos de contexto para os agentes económicos.

Estas são pois as seis faces do reforço da competitividade na Lezíria do Tejo, constituindo portanto seis vertentes da estratégia de desenvolvimento a implementar nos próximos anos.

A noção de competitividade está por seu lado intimamente associada à questão da atractividade da Lezíria do Tejo, sendo certo que o reforço da atractividade territorial pressupõe a elevação da qualidade de vida, dos níveis de competitividade e dos padrões ambientais, ou seja, exige que se actue nas três dimensões do desenvolvimento sustentável.

O reforço da competitividade da Lezíria implica uma aposta forte na inovação em actividades económicas com maior potencial de crescimento e na penetração de novos factores de competitividade no tecido empresarial e institucional.

O elemento condutor da competitividade regional é, portanto, a capacidade em criar uma envolvente que estimule a inovação contínua, o *upgrading* das actividades mais importantes no perfil de especialização produtiva, o desenvolvimento de sectores emergentes e com uma procura muito dinâmica no mercado e o envolvimento de todos os actores regionais nestes processos.

Algumas actividades desempenham um papel importante no perfil de especialização e podem ser encaradas numa óptica de fileira produtiva, mas há que superar ainda debilidades ao nível da articulação de todos os segmentos de negócio e de todos os actores cruciais nestas fileiras, sendo portanto fundamental a densificação e agilização das mesmas. Por outro lado, surgem fortes oportunidades de negócio em novas actividades, algumas delas complementares às fileiras já existentes.

Factores como a inovação, a transferência tecnológica, a cooperação empresarial e institucional, a modernização dos modelos de gestão organizacional e o desenvolvimento de mecanismos e infra-estruturas de apoio à actividade económica merecem uma atenção especial no quadro da definição de uma estratégia concertada de competitividade para a Lezíria do Tejo. O fomento do empreendedorismo assume igualmente um papel fundamental na renovação do tecido económico e na criação de novas actividades e empresas de alto valor acrescentado. A melhoria da envolvente empresarial em matéria de serviços públicos constitui, por seu lado, uma prioridade, devendo a Administração assumir-se como facilitador e promotor da actividade económica e criação de emprego em vez de muitas vezes constituir de facto um travão burocrático ao desenvolvimento de iniciativas válidas criadoras de riqueza.

Este processo de renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização não pode, no entanto, ter lugar sem um esforço sustentado de melhoria das competências da Região: há pois que reforçar e diversificar o ensino e a formação na Lezíria, garantir a sua qualidade e consolidar um sistema de formação eficiente e pertinente, promovendo uma maior articulação entre instituições de ensino e formação e destas com o tecido empresarial – uma formação mais ajustada às necessidades deste território e o apoio ao empreendedorismo são orientações a privilegiar.

Neste contexto há que intervir nos estabelecimentos do ensino superior, do ensino secundário e profissional e, em menor grau, nos estabelecimentos do 2º e 3º ciclos do ensino básico, sendo certo que no que respeita ao 1º ciclo e à educação pré-escolar haverá que operacionalizar as principais acções constantes das cartas educativas dos onze municípios da Lezíria do Tejo.

A competitividade regional passa igualmente pela consecução de um sistema territorial e urbano coeso, consentâneo com o modelo proposto no Plano Regional de Ordenamento do Território, capaz de assegurar a racionalização dos equipamentos colectivos de iniciativa pública e de induzir a afectação de recursos financeiros de forma mais eficiente. Tal sistema terá necessariamente que

constituir também a matriz de referência para o completamento das diferentes redes de equipamentos na Lezíria do Tejo.

As intervenções nesta área passam pela qualificação e revitalização das diversas áreas funcionais que compõem a cidade (centros históricos, áreas comerciais, espaços suburbanos e periurbanos e bairros críticos), pela integração das cidades em redes urbanas nacionais e internacionais, pela melhor articulação entre espaços urbanos promovendo sinergias e complementaridades, pela racionalização e mais eficiente utilização dos equipamentos colectivos e pela melhoria da mobilidade intra-regional e inter-modal.

A competitividade regional passa também cada vez mais pela preservação e valorização dos recursos naturais e do património natural, enquanto vectores essenciais da promoção da qualidade de vida das populações e do crescimento, quer ao nível da actividade agrícola quer do turismo.

Neste contexto, haverá designadamente que elevar os níveis de atendimento em drenagem e tratamento de águas residuais, que resolver em definitivo a questão do destino final dos resíduos sólidos urbanos – para o que os CIRVER previstos deverão dar uma resposta adequada -, que requalificar os corredores fluviais e recuperar a qualidade dos recursos hídricos superficiais e que favorecer a mobilidade sustentável.

A materialização de uma estratégia de desenvolvimento que permita dar resposta ao reforço destas diversas valências da competitividade na Lezíria e às acções e medidas que a sua consecução comporta conduziu à definição dos seguintes quatro objectivos estratégicos:

- **Promover um Modelo Territorial Mais Coeso e Competitivo**, cujo objectivo central é o reforço e a consolidação de um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, capaz de gerar novas configurações territoriais e de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, assumindo os princípios e dimensões do processo de desenvolvimento integrado e sustentado.
- **Garantir Recursos Humanos mais Qualificados e Competências acrescidas**, que tem como objectivo central a melhoria da qualificação dos recursos humanos da Lezíria do Tejo, contribuindo para o desenvolvimento de competências acrescidas e, por conseguinte, para o fortalecimento dos factores estratégicos de competitividade regional.
- **Apostar numa Economia mais Competitiva e Inovadora**, apostando na inovação em actividades económicas com maior potencial de desenvolvimento competitivo, numa maior interligação entre as entidades produtores de conhecimento e as empresas e na penetração dos novos factores de competitividade no tecido empresarial e institucional, tendo como pano de fundo o estabelecimento ou requalificação de equipamentos de apoio às empresas que reforcem a atractividade da sub-região na criação de emprego e riqueza.
- **Melhorar a Qualidade Ambiental** que prossegue a melhoria da qualidade ambiental do conjunto dos onze concelhos que formam a Lezíria do Tejo, através da prossecução de um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa região dotada de

equipamentos e infra-estruturas que assegurem uma adequada disponibilidade de serviços ambientais, numa sociedade que assegura cabalmente o desempenho das tarefas de defesa e promoção do ambiente, e em que a preservação e valorização dos recursos naturais e do património natural sejam assumidas como vectores essenciais da qualidade de vida das populações e da promoção do crescimento, quer ao nível da actividade agrícola quer ao nível do sector do turismo.

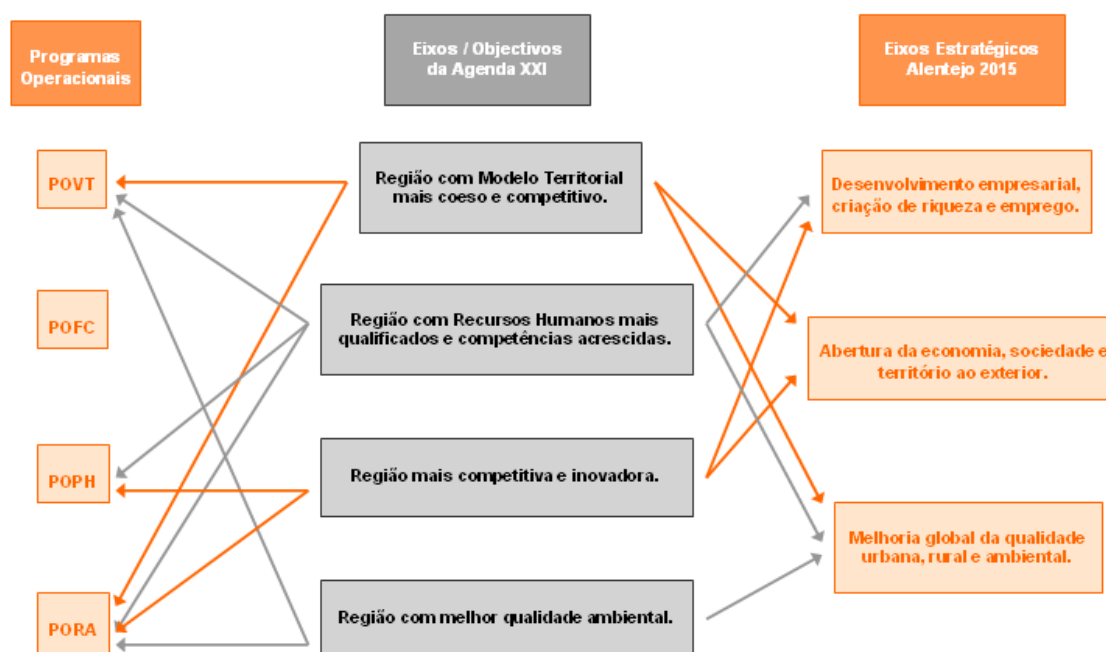
4. Avaliação da Coerência Global do Programa Territorial de Desenvolvimento – Agenda XXI

A Agenda XXI constitui-se como um verdadeiro Programa Territorial de Desenvolvimento encontrando-se nos seus quatro eixos de intervenção, várias linhas de intervenção que vão para além dos eixos definidos no PORA (o programa é mono-fundo e não inclui verbas para a qualificação dos recursos humanos).

Na elaboração da Agenda XXI nunca houve uma grande preocupação em encontrar um valor global para o investimento a realizar no território, pois o mesmo resultaria sempre numa estimativa (é difícil quantificar, por exemplo, qual o valor de investimento para a construção de IC 10, IC13, etc). A grande preocupação na elaboração da Agenda XXI foi a da participação da população e dos agentes socio-económicos, encontrando sim acções e projectos que se consideram estruturantes para o desenvolvimento do território.

No entanto, julgamos não andar muito longe da verdade se dissermos que o investimento associado às acções e projectos contidos na Agenda XXI ultrapassa os **1,25 mil milhões de Euros**.

Numa avaliação da coerência global da Agenda XXI e tomando como ponto de partida, o confronto entre as prioridades estratégicas de desenvolvimento aí definidas e o PORA (e também PO temáticos), conclui-se que existe uma articulação bastante forte, demonstrando a importância que a concretização dos projectos e acções previstas pela Agenda XXI poderão ter para a promoção do desenvolvimento integrado e sustentado nas suas diversas dimensões. De facto, qualquer das prioridades estratégicas definidas pelo PORA encontra resposta nos eixos estratégicos delineados pela Agenda XXI.



Começando pelo Eixo 1 da Agenda XXI constata-se que:

- os objectivos definidos na linha de intervenção 3, apresentam uma forte articulação com o Eixo Estratégico do Alentejo 2015 – Abertura da Economia, Sociedade e Território Exterior – fundamentalmente no que diz respeito ao reforço das redes de acessibilidades;

- as linhas de intervenção 1 e 2 têm boa articulação com o Eixo Estratégico – Melhoria Global da Qualidade Urbana, Rural e Ambiental, nomeadamente através da regeneração urbana dos principais centros e da dotação de equipamentos colectivos, que em conjunto potenciam a competitividade e atractividade das cidades.

Já no que se refere ao Eixo 2 da Agenda XXI, consideramos que:

- a linha de intervenção 2 tem forte articulação com o Eixo Estratégico do Alentejo 2015 – Desenvolvimento Empresarial, Criação de Riqueza e Emprego – pois alguns dos projectos e acções a concretizar em muito contribuem para a dinamização de um sistema regional de inovação;

- a linha de intervenção 3 ao consagrar os centros escolares articula-se fortemente com o Eixo Estratégico – Melhoria Global da Qualidade Urbana, Rural e Ambiental.

Quanto ao Eixo 3 da Agenda XXI verifica-se que as três primeiras linhas de intervenção têm uma articulação muito forte com o Eixo estratégico do Alentejo 2015 – Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego, bem como com o Eixo – Abertura da economia, sociedade e território ao exterior. De facto, a Agenda XXI consagra: a densificação de fileiras económicas e incorporação de factores dinâmicos de competitividade nas empresas; inovação e renovação do modelo empresarial do padrão de especialização e; a rede de infra-estruturas de suporte à competitividade (áreas de acolhimento empresarial).

Por último, o Eixo 4 da Agenda XXI tem uma forte articulação com o Eixo Estratégico do Alentejo 2015 – Melhoria Global da Qualidade Urbana, Rural e Ambiental, pois trata-se de um eixo em que todas as linhas de intervenção visam o caminho para a obtenção de padrões de excelência ambiental.

Mais uma vez, e para concluir, pode-se afirmar que há uma forte articulação entre os Eixos da Agenda XXI e os Eixos Estratégicos do Alentejo 2015.

Importa ainda correlacionar os Eixos estratégicos da Agenda XXI com os Programas Operacionais, quer o regional, quer os temáticos.

O Eixo 1 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo apresenta uma elevada articulação com duas das cinco prioridades estratégicas definidas pelo QREN: Assegurar a Qualificação do Território e das Cidades, nomeadamente no que se refere à conectividade territorial e à consolidação do sistema urbano regional, e Garantir a Coesão Social, tendo em atenção o conjunto de acções no âmbito dos equipamentos de apoio à população.

O Programa Operacional Temático Valorização do Território encontra uma boa resposta no Eixo 1 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo, nomeadamente no que respeita ao seu Eixo 6 – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional, que tem por objectivo a consolidação de um sistema urbano policêntrico, no qual os centros urbanos de pequena e média dimensão deverão desempenhar um papel fulcral.

De referir que no Eixo da Agenda XXI estão contemplados equipamentos e eixos estruturantes do PRN que podem ter resposta no POVT.

O Eixo 1 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo articula-se com dois dos cinco eixos prioritários definidos pelo Programa Operacional do Alentejo: Desenvolvimento Urbano, sobretudo em duas áreas de intervenção (Regeneração Urbana e Mobilidade Urbana) e Conectividade e Articulação Territorial, nas duas áreas de intervenção previstas (Infra-estruturas e Redes de Mobilidade e Equipamentos para a Coesão Social e Territorial).

Sendo o Programa Operacional Temático Valorização do Território e o Programa Operacional da Região do Alentejo instrumentos para a operacionalização de algumas das prioridades definidas pelo Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território facilmente se conclui constituir a Agenda XXI uma excelente resposta a diversos objectivos e opções estratégicas de âmbito territorial definidas por aquele instrumento de ordenamento de âmbito nacional.

O Eixo *Região Com Recursos Humanos Mais Qualificados e com Competências Acrescidas* da Agenda XXI da Lezíria do Tejo apresenta, assim, uma forte articulação com uma das cinco prioridades estratégicas definidas pelo QREN: Promover a Qualificação dos Portugueses, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do país e do aumento da sua competitividade.

Concomitantemente o Eixo 2 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo apresenta uma forte articulação com dois dos objectivos definidos pelo Programa Operacional para o Potencial Humano:

- superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação, apostando também na diversificação das vias profissionalizantes e na oferta de percursos de formação flexíveis;
- estimular a criação e a qualidade do emprego, com ênfase na promoção do empreendedorismo e nos mecanismos de entrada dos jovens no mercado de trabalho.

A linha de intervenção 2 deste Eixo da Agenda XXI ao perspectivar acções ao nível do ensino superior e EB23, articula-se de certa forma com o POVT:

Finalmente, este eixo articula-se com um dos cinco eixos prioritários definidos pelo Programa Operacional do Alentejo: Conectividade e Articulação Territorial, nomeadamente com a área de intervenção da rede de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial, onde se incluem os investimentos previstos pelas Cartas Educativas, para o domínio da educação pré-escolar e para o 1º ciclo do ensino básico.

Analisando o Eixo 3 da Agenda XXI conclui-se pela elevada articulação deste Eixo com uma das cinco prioridades estratégicas definidas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN): Promover o Crescimento Sustentado, que se pretende concretizar através “do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto (...), da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante” (QREN, página 93).

Por outro lado, refira-se que este Eixo converge em larga medida com os vários objectivos definidos no Programa Operacional Factores de Competitividade:

- Qualificação do tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transaccionável ou internacionável;
- Qualificação da Administração Pública e da eficiência da acção do Estado, por via da modernização da Administração Pública e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

Concomitantemente, as Medidas previstas neste Eixo, e as linhas de acção e projectos estruturantes que as consubstanciam, apresentam uma forte articulação com os seguintes Eixos Prioritários daquele Programa Operacional Temático: Eixo Prioritário I – *Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico*; Eixo Prioritário II – *Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização*; Eixo Prioritário III – *Financiamento e Partilha de Risco da Inovação*; Eixo Prioritário IV – *Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade*; Eixo Prioritário V – *Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial*.

Merece também referência a forte articulação deste terceiro Eixo da Estratégia da Agenda 21 Regional Lezíria do Tejo com dois Eixos Prioritários do Programa Operacional do Alentejo: Competitividade, Inovação e Conhecimento e Governança e Capacitação Institucional.

O Eixo Melhor Qualidade Ambiental da Agenda XXI da Lezíria do Tejo apresenta, assim, uma forte articulação com uma das cinco prioridades estratégicas definidas pelo QREN: Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da actividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.

Acresce ainda que o Eixo 4 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo apresenta uma forte articulação com dois dos objectivos definidos pelo Programa Operacional para a Valorização Territorial igualmente assumidos enquanto centrais no âmbito do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território:

- a salvaguarda, protecção e valorização do ambiente e do património natural;
- o reforço da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos.

Há também necessariamente uma forte articulação entre a linha de intervenção 3 da Agenda XXI e o POVT, pois é neste programa que se encontra resposta para os modelos verticalizados dos sistemas intermunicipais de abastecimento e saneamento de águas residuais.

Finalmente, este eixo articula-se com um dos cinco eixos prioritários definidos pelo Programa Operacional do Alentejo: Qualificação ambiental e valorização do espaço rural, nomeadamente no que respeita aos seguintes objectivos específicos: Gerir eficientemente os recursos hídricos; Prevenir e mitigar os riscos naturais e Tecnológicos; Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental.

Em jeito de conclusão, a concretização da Agenda XXI só será possível num esforço de concertação e complementaridade entre actores públicos, privados (veja-se parceria com Nersant para a construção dos Parques de Negócios) e outros agentes, bem como no encaminhamento das acções e projectos para os diversos PO temáticos, para o regional através da contratualização (por subvenção global de que falaremos no capítulo seguinte), continuando também com as candidaturas ao Interreg para a partilha de experiências internacionais.

De seguida serão apresentadas três matrizes que correlacionam os objectivos estratégicos da Agenda XXI da Lezíria do Tejo com os Eixos, áreas de intervenção e regulamentos do PORA.

Articulação entre a estratégia definida na Agenda XXI da Lezíria do Tejo e os objectivos do POR Alentejo (por eixo)

Agenda XXI da Lezíria do Tejo	Programa Operacional Regional do Alentejo				
	Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Eixo 2 - Desenvolvimento Urbano	Eixo 3 - Conectividade e Articulação Territorial	Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional
Eixo 1 - Região com um modelo territorial mais coeso e competitivo		••	••	•	•
Eixo 2 - Região com Recursos Humanos mais Qualificados e Competências acrescidas	•		••		
Eixo 3 - Região mais competitiva e Inovadora	••				••
Eixo 4 - Região com Melhor Qualidade Ambiental		•		••	

• - Forte Articulação
 •• - Muito forte articulação

Agenda XXI da Lésira do Tejo	Programa Operacional Regional do Alentejo																							
	Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento			Eixo 2 - Desenvolvimento Urbano			Eixo 3 - Conectividade e Atualização Territorial		Eixo 4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural		Eixo 5 - Governação e Capacitação Institucional													
	1.1 - Criação de micro e pequenas empresas inovadoras	1.2 - Projetos de I&D de pequenas e médias empresas	1.3 - Projetos de inovação produtiva de pequenas e médias empresas	1.4 - Qualificação de micro e pequenas empresas	1.5 - Desenvolvimento de micro e pequenas empresas	1.6 - Rede de inovação tecnológica	1.7 - Apoio ao crescimento empresarial	1.8 - Ações de cooperação de Desenvolvimento Empresarial	1.9 - Inovações complementares em áreas de energia	2.1 - Parcerias para a regeneração urbana	2.2 - Redes urbanas para a regeneração e inovação	2.3 - Relações entre a cidade e a inovação	3.1 - Infra-estruturas e redes de mobilidade social e territorial	3.2 - Redes de equipamentos e infra-estruturas em áreas social e territorial	4.1 - Gestão de recursos hídricos naturais e tecnológicos	4.2 - Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	4.3 - Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e promoção de produtos extractivos	4.4 - Conservação da natureza e promoção da biodiversidade	4.5 - Valorização do ordenamento da paisagem costeira	4.6 - Valorização económica do espaço rural	5.1 - Governo electrónico regional e local	5.2 - Promoção das empresas e das administrações locais descentralizadas	5.3 - Promoção da inovação e da capacitação	
Eixo 1 - Região com um modelo territorial mais coeso e competitivo																								
1.1 - Criação de micro e pequenas empresas inovadoras																								
1.2 - Projetos de I&D de pequenas e médias empresas																								
1.3 - Projetos de inovação produtiva de pequenas e médias empresas																								
1.4 - Qualificação de micro e pequenas empresas																								
1.5 - Desenvolvimento de micro e pequenas empresas																								
1.6 - Rede de inovação tecnológica																								
1.7 - Apoio ao crescimento empresarial																								
1.8 - Ações de cooperação de Desenvolvimento Empresarial																								
1.9 - Inovações complementares em áreas de energia																								
2.1 - Parcerias para a regeneração urbana																								
2.2 - Redes urbanas para a regeneração e inovação																								
2.3 - Relações entre a cidade e a inovação																								
3.1 - Infra-estruturas e redes de mobilidade social e territorial																								
3.2 - Redes de equipamentos e infra-estruturas em áreas social e territorial																								
4.1 - Gestão de recursos hídricos naturais e tecnológicos																								
4.2 - Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos																								
4.3 - Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos e promoção de produtos extractivos																								
4.4 - Conservação da natureza e promoção da biodiversidade																								
4.5 - Valorização do ordenamento da paisagem costeira																								
4.6 - Valorização económica do espaço rural																								
5.1 - Governo electrónico regional e local																								
5.2 - Promoção das empresas e das administrações locais descentralizadas																								
5.3 - Promoção da inovação e da capacitação																								

• - Forte articulação
 •• - Muito forte articulação

5. Quadro de referência para a contratualização

O Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho relativo aos Fundos Estruturais prevê, nos seus artigos 42º e 43º, a criação da figura da Subvenção Global, a exemplo dos regulamentos gerais dos anteriores períodos de programação.

De acordo com o nº 1 do artigo 42º do referido regulamento, “O Estado–Membro ou a autoridade de gestão pode delegar a gestão e a execução de uma parte de um programa operacional num ou mais organismos intermédios, designados pelo Estado–Membro ou pela autoridade de gestão, incluindo autoridades locais, organismos de desenvolvimento regional ou organizações não governamentais, em conformidade com as disposições de um acordo celebrado entre o Estado–Membro ou a autoridade de gestão e o organismo”. O mencionado artigo refere ainda que “a referida delegação não prejudica a responsabilidade financeira da autoridade de gestão e dos Estados–Membros” e que “o organismo intermédio deve estar estabelecido ou representado na região ou regiões abrangidas pelo programa operacional no momento da sua designação”.

O artigo 43º, por seu lado, vem especificar os elementos que devem fazer parte do acordo/contrato de delegação da “gestão e execução da parte do programa operacional” em causa.

Em consonância com estas disposições, e na sequência do disposto na alínea m) do nº 4 da Resolução de Conselho de Ministros nº 25/2006, de 10 de Março, o Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de Setembro, relativo à governação do QREN, vem definir as condições em que a subvenção global pode ser aprovada, bem como o conteúdo formal do documento a contratualizar.

Refiram-se alguns aspectos essenciais presentes no artigo 61º daquele Decreto-Lei:

- a delegação de competências em organismos intermédios implica sempre a celebração de contratos escritos com a autoridade de gestão, especificando as responsabilidades das partes contratantes;
- o objecto da delegação de competências de gestão respeita a operações incluídas num único PO;
- não são susceptíveis de delegação em organismos intermédios nem de integração em subvenções globais as competências relativas a certificação, auditoria e controlo;
- as competências da autoridade de gestão só podem ser objecto de delegação em organismos intermédios desde que propiciem condições para melhorar a eficácia e a eficiência de gestão ou para superar insuficiências quantitativas ou qualitativas em recursos;
- o exercício das competências das autoridades de gestão delegadas em organismos intermédios respeita os regulamentos, as orientações técnicas, administrativas e financeiras aplicáveis ao PO;

- a coerência dos projectos que integram uma subvenção global é assegurada através do estabelecimento, pelos correspondentes organismos intermédios, de estratégias integradas de desenvolvimento;
- nas situações em que as operações sejam de iniciativa municipal, são preferencialmente objecto de financiamento pelo PO as que tenham natureza supra-municipal;
- os contratos relativos a subvenções globais estabelecem mecanismos que impedem a atomização de projectos de investimento;

Por seu lado, o artigo 64º do Decreto-Lei nº 312/2007 especifica que:

- a delegação de competências de gestão implica o estabelecimento de subvenções globais e é celebrada com associações de municípios organizadas territorialmente de acordo com as unidades de nível III da NUTS;
- as estratégias integradas de desenvolvimento regional a apresentar para a contratualização correspondem a programas territoriais de desenvolvimento da ou das unidades de nível III da NUTS abrangidas pela subvenção global.

Finalmente, os nºs 4 e 5 do artigo 63º do mesmo Decreto-Lei especificam o conteúdo do contrato de delegação de competências:

- a justificação para esta modalidade de gestão;
- a quantificação dos objectivos e dos indicadores de realização e resultado a alcançar pelas operações cuja gestão é objecto de delegação;
- a definição da tipologia de operações cuja gestão é objecto de delegação;
- os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações;
- a tipologia de beneficiários elegíveis;
- a definição da taxa máxima de financiamento das operações cuja gestão é objecto de delegação;
- a definição da taxa média de financiamento das operações e a metodologia para estabelecimento da taxa de financiamento de cada operação;
- a forma e os prazos de pagamento aos organismos intermédios, quando for o caso, e aos beneficiários;
- a especificação das modalidades de utilização dos juros eventualmente produzidos;
- o conteúdo e a periodicidade dos relatórios de execução das operações cuja gestão é objecto de delegação;
- a especificação das consequências de eventuais incumprimentos, incluindo as disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos;

- as responsabilidades formalmente assumidas pelas entidades contraentes no cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis;
- se for caso disso, as modalidades de utilização de uma garantia financeira.

Em 19 de Março de 2008, a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) dos PO regionais, fixou um conjunto de orientações para a contratualização com subvenção global entre as autoridades de gestão dos Programas Operacionais Regionais e as associações de municípios baseadas em NUTS III.

Daí resulta que as propostas de contratualização devem explicitar um “Programa Territorial de Desenvolvimento”, contendo nomeadamente a definição de uma estratégia para a região, articulada com as prioridades definidas para a respectiva NUT II, bem como um Plano de Investimentos a realizar, que seja coerente com a estratégia apresentada, apresentando, neste caso, os projectos considerados estruturantes (obrigatório apenas para algumas áreas).

Por outro lado, foi também referido que os Programas Territoriais de Desenvolvimento não se devem limitar ao âmbito daquilo que poderá vir a ser contratualizado, sendo antes estratégias abrangentes e globais, preferencialmente articuladas com os objectivos de outros instrumentos de financiamento do QREN, bem como com outros programas nomeadamente de cooperação transnacional ou inter-regional.

Ora, do que é apresentado neste documento resulta claro que a estratégia definida para a Lezíria do Tejo, no âmbito da Agenda XXI, extravasa claramente o âmbito não só das tipologias de operações a contratualizar, mas do próprio PO Regional do Alentejo, sendo inclusivamente referidos quais os graus de articulação das várias linhas de acção com os vários PO's, quer o regional, quer os temáticos.

Quanto às áreas susceptíveis de serem contratualizadas, foram apresentadas as seguintes:

		Municípios beneficiários	Susceptível contratualiz.	Identif. proj. estruturantes
Eixo 1	Sistema de incentivos I&DT	Não	Não	
	Sistema de incentivos Inovação	Não	Não	
	Sistema de incentivos Qualificação PME	Não	Não	
	Sistema de incentivos Acções Colectivas	Não	Não	
	Estratégias Eficiência Colectiva	Não	Não	
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras Empresas B. Tecnol.	Não	Não	
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Sim	Sim	obrigatório
	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Não	Não	
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Sim	Sim	facultativo
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	Sim	Não	
	Energia	Sim	Sim	facultativo
Eixo 2	Parcerias para a Regeneração Urbana	Sim	Não	
	Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	Sim	Não	
	Mobilidade Territorial	Sim	Sim	facultativo
Eixo 3	Mobilidade Territorial	Sim	Sim	facultativo
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	Sim	Sim	facultativo
	Saúde	Não	Não	
	Património Cultural	Sim	Sim	obrigatório
	Equipamentos Culturais	Sim	Sim	facultativo

	Equipamentos para a Coesão Local	Sim	Sim	facultativo
Eixo 4	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado"	Sim	Sim	facultativo
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	Sim	Sim	facultativo
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais	Sim	Sim	facultativo
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	Sim	Sim	facultativo
	Optimização da Gestão de Resíduos	Sim	Não	
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	Sim	Não	
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	Sim	Sim	facultativo
	Acções de Valorização do Litoral	Sim	Não	
Eixo 5	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Sim	Sim	obrigatório
	Promoção e Capacitação Institucional	Sim	Sim	facultativo
Eixo 6	Assistência Técnica	Sim	Não	
	Nº total regulamentos aplicáveis aos municípios	23	16	

Quanto às dotações financeiras a contratualizar, para os vários eixos, elas são as seguintes:

Dotações financeiras a contratualizar

	Dotação FEDER do Eixo	Dotação proposta para contratualização
Eixo 1	293.600.000 €	42.500.000 €
Eixo 2	140.000.000 €	12.500.000 €
Eixo 3	200.800.000 €	90.000.000 €
Eixo 4	131.400.000 €	37.500.000 €
Eixo 5	77.100.000 €	17.500.000 €
Eixo 6	26.000.000 €	0 €
TOTAL	868.900.000 €	200.000.000 € *

* De referir que o total do montante a contratualizar poderá ainda ascender aos 217,6 M€, visto que faltará ainda publicar um regulamento específico para as “Acções de Valorização Económica do Espaço Rural”.

A presente proposta de subvenção global pretende dar resposta a todos os requisitos técnicos e formais previstos no Decreto-Lei nº 312/2007 e na restante legislação nacional aplicável, sem perder de vista o disposto nos artigos 42º e 43º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, que enquadram a delegação da gestão e execução de partes de programas operacionais através de subvenções globais.

A entidade que se propõe contratualizar a gestão e execução de parte do Programa Operacional Regional do Alentejo é a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), sucessora da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT)

A AMLT foi constituída no dia 22 de Janeiro de 1987, sendo a sua escritura publicada no Diário da República em 27 de Março de 1987. Da AMLT faziam parte 12 municípios, sendo eles Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos, Santarém e Vila Franca de Xira.

Em 2003, a AMLT optou por criar a CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, no âmbito da Lei nº 11/2003 de 13 de Maio, a qual estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das Comunidades Intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, conjugada com a Lei nº 10/2003, de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação das Áreas Metropolitanas.

A escritura pública para a constituição da CULT foi assinada a 29 de Março de 2004.

Actualmente fazem parte da CULT os municípios acima mencionados, exceptuando Vila Franca de Xira que pertence agora à Área Metropolitana de Lisboa. A área geográfica da CULT, com 4.273 km², corresponde à NUTS III da Lezíria do Tejo, onde residem 240.842 habitantes (de acordo com os Censos 2001).

A AMLT e a CULT apresentam já uma experiência significativa na gestão de recursos financeiros do FEDER afectos a programas operacionais regionais; com efeito, desde 1994 que, no quadro do QCA 1994-99 e 2000-06, a Associação de Municípios tem vindo a desempenhar papel relevante na gestão dos recursos comunitários aplicados na sub-região da Lezíria.

No quadro do QCA 1994-99, foram aprovados 66 projectos de investimento municipais no âmbito do Plano de Acção contratualizado entre o PORLVT e a AMLT, num montante total de apoio comunitário de cerca de 25 milhões de euros; a distribuição por sector deste conjunto de projectos elegíveis ao Subprograma A do Programa Operacional Regional foi a seguinte:

- 19 projectos de reabilitação de redes;
- 11 projectos de construção de rede viária nova;
- 6 projectos de saneamento básico;
- 14 projectos de abastecimento de água;
- 6 projectos de equipamentos desportivos;
- 7 projectos de reabilitação urbana;
- 3 projectos de outros equipamentos.

Tendo os resultados sido considerados positivos por ambas as partes contraentes, a CULT viria mais tarde a contratualizar novo Plano de Acção no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo 2000-06, referente a projectos elegíveis às Medidas 1.1 (Acessibilidades e Equipamentos), 1.2 (Valorização Ambiental e Patrimonial) e 1.3 (Capacidade Institucional Regional), envolvendo um montante global de apoios comunitários de cerca de 70 milhões de euros.

A repartição sectorial dos 172 projectos aprovados foi a seguinte:

- 23 projectos de reabilitação de rede viária;
- 13 projectos de construção de nova rede viária;
- 11 projectos de apoio à actividade económica;
- 26 projectos de reabilitação urbana;
- 44 projectos de distribuição de água e saneamento básico;
- 10 projectos de escolas;
- 8 projectos de equipamentos culturais;

- 17 projectos de equipamentos desportivos;
- 20 projectos de outros equipamentos.

De notar que a experiência de contratualização com Associações de Municípios introduzida no QCA 1994-99 tem merecido avaliações muito positivas por parte de avaliadores independentes ao longo de todos estes anos. Basta reportarmo-nos ao Estudo de Avaliação Intercalar do QCA III que salienta como vantagens, designadamente:

- a “produção de reflexão estratégica territorial” por parte dos eleitos locais, enquadradora dos respectivos projectos de investimento;
- a concertação de investimentos municipais e inter-municipais entre autarquias locais conduzindo a uma “maior qualidade dos investimentos, por via do aumento da racionalidade na sua definição e concretização” e à “maximização dos resultados”;
- “os ganhos de eficiência” face a uma “gestão de proximidade que assegura celeridade na tramitação dos processos”;
- o “robustecimento institucional das entidades supra-municipais” que contratualizam bem como a “institucionalização de relações entre as autarquias locais”;
- a “forte taxa de absorção” dos recursos comunitários e o “bom nível de preparação” dos projectos candidatos a financiamento, face à possibilidade de programação atempada dos investimentos.

Estas conclusões conduzem, aliás, os avaliadores a recomendarem a prossecução desta experiência de descentralização em Portugal, embora reconhecendo que algumas melhorias poderão ser introduzidas nas modalidades de contratualização.

A experiência adquirida pela AMLT/CULT ao longo dos anos na gestão de vultosos recursos do FEDER, os resultados obtidos até ao momento – reconhecidos aliás pelo Governo, ao renovar a sua confiança na Associação em 2000 – e as conclusões da recente avaliação independente efectuada, militam inequivocamente no sentido de dar continuidade a este tipo de gestão descentralizada – agora no quadro da nova figura de Subvenção Global – na Lezíria do Tejo, através da organização representativa das respectivas autarquias locais.

Os critérios definidos para a adopção de uma tal modalidade de gestão no artigo 61º do Decreto-Lei nº 312/2007 parecem estar plenamente cumpridos em termos de potenciais ganhos de eficácia e eficiência; por outro lado, a experiência anterior dá garantias de capacidade técnica e administrativa por parte da CULT para assegurar uma gestão rigorosa dos recursos comunitários e o pleno respeito pelas legislações nacional e comunitária aplicáveis.

Neste contexto, o prazo proposto para a Subvenção Global é de 7 anos e corresponde ao período do Quadro de Referência Estratégico Nacional: 2007 - 2013. A nova prioridade dada pelos regulamentos comunitários à obtenção de resultados e à avaliação de impactos dos recursos estruturais aplicados implica períodos de execução de maior horizonte temporal para que os efeitos possam ser

concretizados e medidos; nesse sentido, o período de programação previsto para o Programa Operacional Regional apresentar resultados parece também adequado para a Subvenção Global.

Assim, com base nestes pressupostos já enunciados, juntamente com o exercício de repartição de verbas efectuado pela CCDR Alentejo, em que foi definido no caso da Lezíria do Tejo um montante a contratualizar situado entre os 45,6 M€ e os 57 M€, passamos de seguida a apresentar as áreas que a CULT pretende ver incluídas na contratualização a realizar.

6. Âmbito e Objectivos da Subvenção Global

Os objectivos e prioridades da Subvenção Global têm naturalmente que se inserir na estratégia largamente participada que foi recentemente definida para a NUTS III da Lezíria do Tejo. Por outro lado, dado que a Subvenção Global deverá ser financiada pelo Programa Operacional Regional do Alentejo, o seu conteúdo e elegibilidades têm de se conformar plenamente com o enunciado no capítulo anterior.

Dada a existência, para diversas áreas do Programa, de regulamentos de aplicação aprovados pelos órgãos competentes do Quadro de Referência Estratégico Nacional, os seus conteúdos foram, nos casos aplicáveis, tidos igualmente em consideração na formatação das áreas de actuação e na formulação das condições de acesso dos beneficiários e dos projectos à Subvenção Global. De referir que também se teve em conta dentro de cada regulamento (dos 16 regulamentos) as tipologias de operações passíveis de contratualização-

Naturalmente que os objectivos, conteúdo e tipologias de operações passíveis de contratualizar do Programa Operacional Regional do Alentejo não constituíram o único elemento de restrição em relação ao âmbito mais alargado da Estratégia de Desenvolvimento da Lezíria: as competências de investimento dos municípios - tal como definidas da lei - e as áreas em que estes têm já efectiva experiência tanto de investimento como de gestão dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional foram factores essenciais para o desenho da Subvenção Global. Na verdade o âmbito da Subvenção Global acabou por ficar limitado, por um lado às áreas em que os municípios têm uma efectiva e forte intervenção na esfera local, quer porque são eles próprios responsáveis pelos investimentos, quer porque têm uma influência real na sua realização por terceiros, por outro lado á retirada de determinadas tipologias de operações a contratualizar de vários regulamentos.

Resulta desde logo destes considerandos que a Subvenção Global da Lezíria do Tejo, como ficou visto nos capítulos anteriores, não esgota a Estratégia de Desenvolvimento definida para a sub-região e, muito menos, abrange a totalidade dos investimentos que deverão vir a ser co-financiados pelos Fundos Estruturais da União Europeia – FEDER, FSE e Fundo de Coesão – durante o período de aplicação do QREN (2007-13).

Independentemente da possibilidade de a CULT poder vir a construir outras subvenções globais para acesso aos programas operacionais temáticos integrados no QREN, torna-se claro que os seguintes programas operacionais deverão igualmente contribuir para a implementação da estratégia definida para a NUTS III:

- o Programa Operacional Factores de Competitividade, financiado pelo FEDER;
- o Programa Operacional Potencial Humano, financiado pelo Fundo Social Europeu;

- o Programa Operacional Valorização do Território, financiado pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

A definição do conteúdo exacto da Subvenção Global acabou por constituir um exercício relativamente simples de fazer, dada a grande convergência existente entre a Estratégia definida para a Lezíria e a que está subjacente ao Programa Operacional Regional do Alentejo.

Na verdade, se aos quatro objectivos estratégicos consensualmente definidos para a Lezíria retirarmos aquele que respeita directamente à qualificação dos recursos humanos - Garantir Recursos Humanos mais Qualificados e Competências Acrescidas – e que pelas razões atrás indicadas não tem cobertura no Programa Operacional Regional do Alentejo, verifica-se que acabam por corresponder ao conteúdo dos cinco eixos prioritários definidos no POR do Alentejo.

Com efeito, a estrutura operacional do Programa Operacional do Alentejo, que tem que se conformar às normas e regras aplicáveis aos programas financiados pelos Fundos Estruturais da União Europeia, está organizada em cinco eixos que na realidade cobrem **três dos quatro objectivos estratégicos** fixados para o processo de desenvolvimento da Lezíria do Tejo:

- Apostar numa Economia mais Competitiva e Inovadora: Eixos 1 e 5 do POR Alentejo;
- Promover um Modelo Territorial Mais Coeso e Competitivo: Eixos 2 e 3 do POR Alentejo;
- Melhorar a Qualidade Ambiental: Eixo 4 do POR Alentejo.

O Eixo 6 do Programa Operacional do Alentejo é, como se sabe, um eixo instrumental para a implementação do Programa e inclui as verbas que permitirão assegurar uma eficaz e eficiente gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do Programa; dado que parte dessas funções são delegadas na Associação de Municípios, no quadro da Subvenção Global, é natural que também parte desses recursos possam ser afectos às funções de gestão assumidas pela Associação.

O **objectivo da Subvenção Global** é contribuir para reforçar as condições de competitividade e atractividade da Lezíria do Tejo, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de gerar mais riqueza e emprego; para o efeito, os municípios da sub-região assumem-se como parceiros activos do processo económico e, no quadro das suas competências próprias, individualmente ou em parceria com o sector privado, pretendem criar condições facilitadoras do desenvolvimento económico e social e assegurar um sistema territorial coeso, moderno e competitivo, num quadro de acrescida qualidade ambiental e protecção social.

Tal como referido anteriormente, as prioridades de actuação seleccionadas para integrar a Subvenção Global partiram da estratégia de desenvolvimento da Lezíria e tiveram em consideração os objectivos, regras e limitações fixadas no Programa Operacional Regional do Alentejo ou na regulamentação a ele aplicável e nas orientações para a contratualização com subvenção global. Surgiu assim um conjunto de actuações coerente, concentradas em áreas chave para a competitividade regional e com ambição e impacto supra-municipal.

Assim:

- No quadro do Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento – está prevista uma área de actuação visando a implantação ou requalificação de áreas de acolhimento empresarial. Trata-se de infra-estruturas de apoio à competitividade empresarial, geridos pelos municípios ou em parceria com o sector privado para assegurar uma gestão profissional adequada às novas necessidades da competitividade das empresas e reforçar a atractividade de actividades e empresas para a sub-região, e que traduzem um maior envolvimento das autarquias locais, no quadro das suas competências próprias, no processo de criação de riqueza e de emprego. Ainda neste Eixo prevêem-se realizar alguns investimentos que contribuam para a utilização das FER nos principais edifícios públicos.
- No quadro do Eixo 2 - Desenvolvimento Urbano – está previsto apenas um tipo de intervenção visando assegurar a competitividade de centros urbanos qualificados – pretende-se neste contexto melhorar a mobilidade urbana, numa base sustentável.
- No quadro do Eixo 3 – Conectividade e Articulação Territorial – são abrangidos tanto os equipamentos colectivos que permitem fechar a malha regional na área da educação, do património e cultura, dos investimentos na área do desporto, como as acessibilidades intra-regionais no quadro das competências actuais dos municípios. Trata-se de intervenções que visam assegurar um maior equilíbrio mas também racionalidade na repartição dos bens de fruição pública bem como uma maior coesão social no território da Lezíria.
- No quadro do Eixo 4 – Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural – estão incluídas as actuações viradas para a conservação e valorização do património ambiental, no quadro das competências municipais. Assim, para além da criação de condições e espaços para um usufruto sustentável, por parte das populações locais e dos turistas, da riqueza natural e ambiental da Lezíria, surge um conjunto de intervenções articuladas nos espaços ribeirinhos do Tejo e seus afluentes e que, na sequência do anterior Programa VALTEJO, pretendem valorizar turística e ambientalmente o rio Tejo. Finalmente, estão igualmente cobertos investimentos em baixa tanto na distribuição de água como no saneamento básico de municípios não inseridos em sistemas verticalizados ou integrados. Estão também incluídas acções em áreas protegidas e também acções com vista á prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (acções materiais e imateriais).
- No quadro do Eixo 5 – Governação e Capacitação Institucional – concentram-se as actuações ligadas à modernização da Administração Pública local, com vista a assegurar maior eficiência e a redução dos custos de contexto para os cidadãos, à simplificação administrativa de processos e procedimentos e à facilitação do acesso dos agentes económicos e sociais à “coisa pública” via tecnologias de informação.
- No quadro do Eixo 6 – Assistência Técnica – estão integrados os recursos que permitirão à CULT assegurar o conjunto de funções que lhe são delegadas pelo Gestor do Programa Operacional Regional do Alentejo, por forma a garantir o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias aplicáveis, no quadro da gestão da Subvenção Global.

De referir que os municípios também irão apresentar candidaturas ao Eixo 2 – Parcerias para a Regeneração Urbana e para o Eixo 2 – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, e estão ainda muito disponíveis para que a AMA lhes faça o convite de criarem nos respectivos municípios as Lojas do Cidadão de segunda geração.

Era também nossa intenção contratualizar no Eixo 1, tipologias de operações do regulamento relativo à Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, mais especificamente os conteúdos de forma a criar na região uma televisão digital, mas tal não é possível segundo o documento que nos foi remetido pela CCDR Alentejo. De referir que a CULT no anterior QCA criou 18 espaços Internet na região, tendo também visto aprovada uma candidatura no INTERREG sobre esta temática, estando neste momento a negociar uma segunda fase da candidatura com os seus parceiros europeus.

Assim, as áreas que a CULT se propõe contratualizar serão explicitadas no capítulo seguinte.

7. Áreas e prioridades de actuação da Subvenção Global

As áreas e prioridades identificadas no capítulo anterior são de seguida discriminadas, em conformidade com a tipologia de informação estabelecida nos números 4 e 5 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de Setembro, para as subvenções globais a contratualizar com as associações de municípios de nível NUTS III.

As despesas elegíveis a considerar em cada caso são as que forem consideradas indispensáveis à realização do projecto e plenamente justificadas por este, aplicando-se de qualquer modo as restrições previstas no Anexo III do Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos respectivos regulamentos.

7.1. EIXO 1

7.1.1. Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

Todos os territórios regionais procuram reforçar a sua competitividade através da criação de eficientes infra-estruturas de acolhimento à actividade empresarial.

Os projectos de investimento a realizar nesta área visam dotar a Lezíria do Tejo de um conjunto de infra-estruturas indispensáveis à reestruturação e modernização do tecido produtivo regional, ao competitivo acolhimento às actividades económicas e serviços avançados.

Propõe-se a constituição de uma rede de Áreas de Acolhimento empresarial, destinada a albergar empresas e instituições que desenvolvem a sua actividade produtiva no domínio das fileiras produtivas prioritárias para a competitividade da Lezíria do Tejo.

As intervenções a realizar enquadram-se na linha de intervenção 3, do Eixo 3 da Agenda XXI Regional e são complementares aos Parques de Negócios (resultantes de parcerias público privadas entre os municípios e o NERSANT) que irão ser construídos em Rio Maior e Cartaxo/Santarém, os quais se irão candidatar ao PO Factores de Competitividade.

De referir que as intervenções a realizar nesta área têm em conta o Modelo Territorial definido no PROT-OVT, designadamente na explicitação que é feita naquele documento no capítulo 5.1.1 – O Sistema Urbano e a Competitividade (ver anexo III deste documento)

As fichas de projecto encontram-se no Anexo II deste documento

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

a) Áreas de Acolhimento Empresarial

i) Infra-estruturas físicas: Projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supra-municipal de AAE. Esta tipologia compreende, nomeadamente, edifícios e instalações, infraestruturas físicas de uso colectivo tais como infra-estruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

ii) Empreendedorismo: Projectos estruturados de promoção de novas empresas, promovidos pelas entidades gestoras de AAE ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o cofinanciamento directo de projectos empresariais;

iii) Serviços Partilhados e Acções de Divulgação: Projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de AAE visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de AAE, incluindo acções de *benchmarking* internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais; Incluem-se ainda nesta tipologia programas de divulgação da AAE junto de potenciais utilizadores;

b) Intervenções na rede logística de 2.º nível: Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão da rede logística de 2º nível, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade com a rede nacional logística, a rede regional de áreas de acolhimento empresarial o micro-abastecimento logístico das principais cidades do sistema urbano regional

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios de Almeirim, Chamusca, Coruche e Benavente.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 10 500 000€ e a respectiva participação FEDER de 7 350 000€.

Indicadores de Realização

Nº de Áreas de Acolhimento empresarial – 4

Nº de Hectares a infra-estruturar – situa-se entre os 175 ha e os 200 ha

7.1.2. Energia

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A construção de uma sociedade sustentável constitui um processo de aprendizagem permanente. A Linha de Intervenção 1 do Eixo 4 da Agenda XXI procura assegurar a alteração para padrões de comportamento individual e colectivos mais amigos do ambiente, promovendo padrões de produção e de consumo sustentáveis e assegurar uma produção e consumo de electricidade menos poluente e com maiores índices de eficiência na utilização de combustíveis fósseis.

Pretende-se, como tal, aumentar a consciencialização e disponibilidade da população para um comportamento mais amigo do ambiente e mais solidário do ponto de vista social, bem como promover uma utilização mais racional dos recursos naturais, aproveitando o potencial endógeno da Região.

O diagnóstico da Lezíria do Tejo no domínio da energia, traçado através do perfil de consumos energéticos, reflecte a tendência nacional, i.e, a utilização de fontes de energia derivadas de combustíveis fósseis representa um papel muito expressivo no consumo total de energia na região e o crescimento de consumo de electricidade tem vindo a aumentar significativamente.

O recurso crescente às FER sobretudo atendendo ao potencial em energias renováveis da região, é, como tal, premente. Não potenciar o aproveitamento das excelentes condições naturais da Lezíria no domínio da energia solar traduz-se no desperdício de uma oportunidade. A insolação média anual da Lezíria do Tejo é de 3000 horas, o que oferece à região vantagens inequívocas na aposta nesta FER.

Assim, o grande objectivo é reconverter para FER a fonte energética dos principais equipamentos públicos com elevado consumo energético, como por exemplo as piscinas.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

b) Iniciativas-piloto inovadoras de produção (através de fontes renováveis) e de utilização racional de energia, envolvendo, nomeadamente, o apoio ao desenvolvimento de programas de acção e projectos piloto de:

b.1) de utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes, bem como em edifícios de habitação social existentes, através da utilização de água quente solar para produção de águas quentes sanitárias;

b.2) valorização do potencial energético local e regional, que visem a promoção das energias renováveis e da eficiência energética, incluindo, por exemplo, a concepção e implementação de experiências-piloto de produção de energias renováveis com carácter demonstrador

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.

Taxas de comparticipação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 1 769 142 € a respectiva comparticipação FEDER de 1 238 399€

Indicadores de Realização

Nº de intervenções em edifícios públicos – entre 25 a 35

7.2. EIXO 2

7.2.1. Mobilidade Territorial

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

As intervenções a realizar nesta área estão contempladas no Eixo1 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo e também no Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos concelhos da Lezíria do Tejo.

Um dos problemas constatados em muitos centros urbanos na Lezíria do Tejo, corresponde ao seu atravessamento por tráfego indesejado, que não tem como origem ou destino os referidos aglomerados.

Muitos destes núcleos são atravessados por estradas nacionais com elevados volumes de tráfego de veículos pesados, o que potencia situações de insegurança para as populações.

As intervenções a realizar visam promover a redução do tráfego de atravessamento através da construção de infra-estruturas rodoviárias alternativas (variantes e circulares urbanas), que nalguns casos funcionam também como ligações dos principais eixos estruturantes (Auto-estradas) às Áreas de Acolhimento Empresarial.

As variantes e circulares urbanas a apoiar localizam-se em centros urbanos estruturantes do sistema urbano da Lezíria ou em aglomerados urbanos que estão em eixos urbanos definidos no PNPOP e PROT e onde a actividade logística é muito forte em termos nacionais.

Importa igualmente valorizar outros meios de deslocação como os modos suaves, que correspondem à deslocação a pé e em bicicleta, e constituem meios de transporte sustentáveis, para os quais o território da Lezíria apresenta condições favoráveis, pelo que estão incluídas as ecopistas que representam uma solução de mobilidade urbana “eco-amigável” contribuindo para a melhoria da saúde pública e do lazer das populações.

Por último pretende-se também realizar uma intervenção que visa promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intraurbana, designadamente no que respeita a peões. Esta acção conjuga-se com a das ecopistas

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

- Variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária;

- Centros coordenadores de transporte e parques de estacionamento, sobretudo os periféricos ou os integrados em operações de requalificação urbana que favoreçam a intermodalidade, a libertação de espaço público para modos de transporte mais sustentáveis ou a melhoria da acessibilidade aos transportes público;

- Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), incluindo, por exemplo, a criação de corredores próprios uni ou multimodais;

- Promoção da oferta de soluções inovadoras de transporte colectivo e micrologística em meio urbano;

- Intervenção que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intraurbana, designadamente, no que respeita a peões e bicicletas;

- Protecção contra o ruído gerado na rede rodoviária em meio urbano e suburbano;

- Sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros, sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros;

- Renovação de material de transporte, com vista à melhoria da eficiência energética das frotas das empresas municipais e serviços municipalizados de transporte de passageiros.

Inicialmente prevê-se apoiar as tipologias a Bold

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios de Almeirim, Azambuja, Coruche, Benavente, Rio Maior e Santarém (ecopistas, e plano global de mobilidade intraurbana para redução da sinistralidade na cidade)

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 10 990 000 € e a respectiva participação FEDER de 7 693 000

Indicadores de Realização

Nº de variantes a construir - 5

Nº de Km de construção de variantes e circulares urbanas – entre os 10Km e 12 Km

Nº de Km de ciclovias a construir – 4,5 Km

Nº de Acções de redução de segurança - 1

7.3. EIXO 3

7.3.1. Mobilidade Territorial

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A estratégia contemplada na Agenda XXI inclui a dimensão estruturante do sistema rodoviário, isto é, os grandes eixos nacionais e regionais que estão contemplados no Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000).

No território da Lezíria do Tejo faltam ainda concluir alguns eixos estruturantes, nomeadamente, o eixo longitudinal correspondente ao IC 3, que não se encontra concluído no troço entre Almeirim e Tomar, o IC 10, do qual apenas está concluído o troço Santarém-Almeirim e o eixo constituído pelo IC 11 (A10, entre o IC 2 e o IC 3, A13 entre o IC 2 e a Marateca no IP1, do qual está concluído o troço Benavente – Marateca) e o IC 13 (entre o Montijo-IP1 e Portalegre).

Não cabe ao POR Alentejo (por falta de verbas) contemplar estes investimentos, mas julgamos que o PO Valorização do território deverá contemplar alguns destes investimentos, não só devido á nova localização do NAL mas também porque nesta região irão funcionar os dois CIRVER do País.

Além das intervenções referentes aos Itinerários Complementares, associadas aos investimentos que serão agora apoiados na mobilidade urbana do eixo 2, existem ainda intervenções relevantes a

empreender ao nível das Estradas Nacionais e Municipais tendo em vista a melhoria da acessibilidade entre os núcleos urbanos.

As intervenções que se provêm apoiar nesta tipologia de intervenções dizem respeito fundamentalmente á construção de **novas** vias municipais que ligam municípios ou ligam freguesias de um mesmo município.

Prevê-se também apoiar uma intervenção que visa melhorar a acessibilidade de um Centro Urbano á rede viária principal.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

- **Construção/beneficiação de troços da rede municipal e de eixos supramunicipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, a definir para conjuntos de municípios;**

- Infra-estruturas de transporte fluvial e melhoria das acessibilidades a infra-estruturas portuárias, logísticas, corredores de tráfego comercial, a áreas de concentração industrial, empresarial ou outros pólos de interesse regional;

- Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo (p. ex: ciclovias, estruturas de prestação de serviços de transporte público personalizado, utilização colectiva de transporte público individual, racionalização da oferta de transportes públicos nos espaços de baixa densidade em articulação com a rede de transportes escolares, etc.);

- Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária (redução de pontos negros, escolas de trânsito, etc.);

- Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os planos intermunicipais de mobilidade, que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e de exploração.

Inicialmente prevê-se apenas apoiar as tipologias a bold.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios da Azambuja, Chamusca e Golegã (reabilitação e melhoramento da ligação do centro urbano á rede viária principal).

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar ás intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 2 050 000€ e a respectiva comparticipação FEDER de 1 435 000€

Indicadores de Realização

Nº de Km de construção novas vias municipais - 5 Km

Nº de Km reabilitação de vias 2 km

7.3.2. Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

Esta tipologia de Intervenção tem por objectivo operacionalizar as intervenções prioritárias previstas pelas Cartas Educativas já homologadas dos municípios da Lezíria do Tejo. As Cartas Educativas são, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos a localizar nos diversos concelhos.

Estes instrumentos procuram dar uma visão territorializada às políticas educativas, favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a equipamentação do território, numa lógica de consolidação de um sistema territorial mais equilibrado, coeso e eficiente.

A rede de equipamentos actualmente existente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico revela-se obsoleta, sobretudo tendo em consideração que muitos estabelecimentos foram edificados segundo tipologias desajustadas face às necessidades actuais (sobretudo os que foram edificados ao abrigo dos Planos Centenários).

As Cartas Educativas elaboradas e já homologadas permitiram detectar dois tipos de carências fundamentais. Por um lado, nas sedes de concelho e nos principais centros urbanos existem insuficiências na oferta pública da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, onde, não raras vezes as situações de sobre-ocupação são resolvidas através do recurso ao regime duplo. Por outro lado, nas freguesias rurais com maiores índices de envelhecimento, a rede de oferta de equipamentos (sobretudo do 1º ciclo) releva-se muito extensa, dispersa e através de equipamentos de pequena dimensão mal apetrechados.

Por conseguinte, pretende-se criar uma rede de equipamentos de âmbito local e concelhio que permitam uma aprendizagem qualificada e qualificante. Procura-se, fundamentalmente, privilegiar a construção e/ou adaptação de edifícios para centros escolares integrados, que contemplem espaços para a educação pré-escolar e salas de aula para o 1º ciclo do ensino básico, mas também salas polivalentes para o prolongamento de horário e para as actividades de complemento curricular (permitindo assim a escola a tempo inteiro), centros de recursos bem apetrechados, salas para a

Expressão Físico-Motora, Campos de Jogos Exteriores, Cozinha e Refeitório e Espaços Exteriores Cobertos e Descobertos adequados.

De referir que os municípios fizeram um grande esforço na selecção dos centros escolares a integrar esta subvenção global, pois nas cartas educativas ainda estão contemplados centros escolares (prioritários) para os quais há necessidade de encontrar financiamentos na ordem dos 45 milhões de euros de FEDER.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

- a) construção de raiz de novos Centros Escolares, integrando preferencialmente o 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar;
- b) ampliação/requalificação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar já existentes.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

No anexo II constam as fichas de projecto dos Centros Escolares.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 35 286 294€ e a respectiva participação FEDER de 24 700 406€

Indicadores de Realização

Nº de Novos Centros Escolares – 18

Nº de intervenções para reabilitação de centros escolares - 3

Nº de alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – 4.491

7.3.3. . Património Cultural

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

As intervenções a realizar nesta tipologia de operações têm em linha de conta que o património cultural de uma região, município ou cidade deve ser salvaguardado e valorizado de forma a poder ser transmitido e estudado pelas gerações vindouras, mas também para permitir às populações uma melhor fruição desses espaços e, por outro, contribuir para gerar um quadro diversificado e sustentado de acções culturais de qualidade.

Mais do que criar novos museus com novas temáticas (alguns bastante pertinentes - ver Agenda XXI), as intervenções passam por intervir para valorizar o património cultural já existente, prevenindo os riscos inerentes à eventual perda irremediável de valores patrimoniais.

Por outro lado, considera-se que se deve cada vez mais aproximar a cultura dos cidadãos pelo que o papel das autarquias é fundamental.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

- a) Conservação, restauro, valorização ou reabilitação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, classificados ou vias de classificação nos termos legais em vigor, associáveis ou não a um território envolvente específico;
- b) Criação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante;
- c) Criação, remodelação, ampliação, recuperação, modernização e beneficiação de instalações, imóveis e espaços envolventes de museus que integram a Rede Portuguesa de Museus ou a eles afectos, bem como a instalação ou requalificação de exposições permanentes e temporárias dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus;
- h) Conservação, restauro e valorização do património cultural móvel classificado, em vias de classificação, ou pertencente a museus da Rede Portuguesa de Museus;
- k) Projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios da Alpiarça/Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém

Taxas de participação

A taxa base de financiamento é de 55% podendo ser acrescida de uma majoração de 10 pontos percentuais.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 5 124 542€ e a respectiva participação FEDER de 2 978 498€

Indicadores de Realização

Nº de museus apoiados - 2

Nº de centros de investigação apoiados – 1

7.3.4. . Rede de equipamentos culturais

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

Os equipamentos colectivos de âmbito cultural devem ser perspectivados quer na óptica da equidade e da qualidade de vida das populações quer como instrumentos de qualificação e valorização dos centros urbanos e, conseqüentemente, como factores de atracção e retenção populacional.

A intervenção que se pretende levar a cabo procura ir ao encontro das novas tendências de estruturação e modelação dos territórios, que valorizam as sedes de concelho, em detrimento de abordagens extensivas que configuram a dispersão excessiva dos equipamentos. Simultaneamente, deverá privilegiar-se a reutilização e a eficiência dos equipamentos existentes, em detrimento da construção nova.

Por outro lado, deve levar-se em consideração o facto de a região da Lezíria do Tejo possuir actualmente uma rede bastante satisfatória de equipamentos colectivos, consequência do esforço desencadeado pelos municípios. Ainda assim, subsistem carências e estrangulamentos que importa ultrapassar, através da conclusão das redes de equipamentos colectivos que promovam a coesão social e territorial, nomeadamente no domínio da cultura

Na Lezíria do Tejo praticamente todas as sedes de concelho estão dotadas dos principais equipamentos culturais (Bibliotecas e Cine-Teatros), salvo duas ou três situações. Neste sentido, pretende-se que no âmbito do QREN consigamos alcançar o objectivo de todas as sedes de concelho ficarem dotadas destes equipamentos. Nalguns casos específicos (centros urbanos estruturantes) as candidaturas serão feitas através das parcerias para a regeneração urbana (cine – teatros), nos outros municípios será através da Subvenção Global. Assim, e para se poder alcançar o objectivo delineado a intervenção que se pretende incluir na Subvenção Global, visa a recuperação de um antigo Cine-Teatro.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

1. Criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas a integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (anexo A do regulamento);
2. Criação, instalação e desenvolvimento de serviços de Arquivos Públicos (anexo B do regulamento);
- 3. Recuperação e valorização de teatros e Cine-Teatros (anexo C do regulamento);**
5. Equipamento de recintos de exibição cinematográfica com sistemas de cinema digital e produção de conteúdos digitais (anexo E do regulamento)

Inicialmente prevê-se apenas apoiar as tipologias a bold.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que a entidade beneficiária desta tipologia de operação seja o município da Golegã.

Taxas de participação

A taxa máxima e média de financiamento é de 40%

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 350 000€ e a respectiva participação FEDER de 140 000€

Indicadores de Realização

Nº de Cine – Teatros Recuperados – 1

7.3.5. Equipamentos para a coesão local

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

Esta tipologia de operação assume o princípio de que os equipamentos colectivos são parte fundamental do processo de desenvolvimento de qualquer território, com implicações directas na estruturação da sociedade e na valorização dos recursos humanos.

Por outro lado, deve levar-se em consideração o facto de a região da Lezíria do Tejo possuir actualmente uma rede bastante satisfatória de equipamentos colectivos, consequência do esforço desencadeado pela administração central e, sobretudo, local. Ainda assim, subsistem carências e estrangulamentos que importa ultrapassar, através da conclusão das redes de equipamentos colectivos que promovam a coesão social e territorial, nomeadamente no domínio desporto.

Uma das prioridades defendidas no âmbito da Agenda XXI consiste na defesa de que deverá ser desenvolvida/ consolidada uma rede de equipamentos desportivos associados aos núcleos urbanos fora das sedes de concelho onde se localizam sedes de agrupamentos escolares (pavilhões e tanques de aprendizagem).

As intervenções que se prevêem efectuar dizem respeito a três pavilhões de base formativa que respeitam o referido no parágrafo anterior.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

a) Equipamentos desportivos, de proximidade e pequena escala global, de interesse municipal e intermunicipal, não abrangidos pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT), designadamente os inseridos nas seguintes tipologias de Instalações Desportivas de Base Recreativa (Decreto-Lei nº 317/97 de 25 de Novembro):

(i) Equipamentos polivalentes e adaptáveis a actividades físico - desportivas não formais;

(ii) Equipamentos de base formativa (sem bancadas fixas para espectadores).

b) Equipamentos sociais, de âmbito supra-municipal, que demonstrem, em sede de candidatura ter uma procura mínima, exterior ao Município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total, sendo prioritários a construção, qualificação e/ou equipamento dos seguintes tipos de equipamentos: creches, lares de apoio, centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude, apartamento de autonomização, centros de apoio a imigrantes, centros de dia, lares de idosos, serviços de apoio domiciliário, centro de actividades ocupacionais, lares residenciais, residências autónomas e cuidados continuados integrados a pessoas dependentes

Inicialmente prevê-se apenas apoiar as tipologias a bold.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios da Azambuja, Golegã e Santarém

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 2 000 000€ e a respectiva participação FEDER de 1 400 000€

Indicadores de Realização

Nº de pavilhões – 3

Nº de campos de ténis – 2

7.4. EIXO 4

7.4.1. Ciclo Urbano da Água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A presente linha de intervenção tem como âmbito natural de aplicação os “sistemas de distribuição pública de água” e “os sistemas de drenagem pública de águas residuais”, conforme definidos no Decreto-Lei nº 207/94, de 6 de Agosto e cuja responsabilidade recai em primeira instância sobre os municípios. Consideram-se incluídos no referido âmbito de aplicação, as intervenções a que as entidades gestoras daqueles sistemas públicos estão obrigadas por força da legislação nacional e comunitária ou de objectivos de política, como será o caso, a mero título de exemplo, do adequado

destino final das lamas de depuração, do ênfase na valorização das lamas, da eficiência energética ou da minimização de perdas de água nas redes de distribuição.

Os concelhos que formam a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo apresentam diferentes estádios de desenvolvimento ao nível dos equipamentos de saneamento básico de que dispõem. Apesar de uma evolução significativa nos últimos anos, decorrente de um substancial esforço de investimento, persistem na Lezíria do Tejo alguns problemas neste domínio, designadamente:

- Insuficiente taxa de atendimento em redes de drenagem e de tratamento de águas residuais;
- Deficiente qualidade e envelhecimento das estruturas de adução e distribuição da água com elevadas perdas.

A crescente consciencialização das populações para as questões ambientais e de qualidade de vida obriga a uma necessidade de melhoria da gestão dos sistemas de distribuição de água e de saneamento e, conseqüentemente, à obtenção de níveis superiores de serviço.

Somam-se aos desafios inerentes à adequada cobertura da população da Lezíria do Tejo por redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais o necessário cumprimento da legislação ambiental cujas exigências têm vindo a aumentar significativamente, designadamente no que respeita à qualidade de água para consumo humano.

Com os investimentos a realizar nesta área pretende-se criar as condições para a resolução dos problemas que limitaram o cumprimento das metas fixadas no PEAASAR I e para a conclusão das várias redes de infra-estruturas básicas essenciais para promover e/ou manter níveis adequados em termos de indicadores ambientais e de saúde pública.

De salientar que aos investimento a realizar nesta tipologia de operações estão associados os investimentos a realizar no PO Valorização do Território. De facto constata-se que na Lezíria: sete municípios que criaram uma empresa – AR Águas do Ribatejo, cujo modelo é verticalizado; Santarém criou a empresa Águas de Santarém, cujo modelo é verticalizado; Azambuja pertence às Aguas do Oeste e concessionou a rede em baixa; Rio Maior pertence às Aguas do Oeste e aguarda a verticalização realizar pelo grupo Águas de Portugal e; o Cartaxo que concessionou os sistemas em alta e Baixa.

Neste sentido pretende-se apoiar intervenções no domínio da drenagem de águas residuais do município da Azambuja (nas povoações de Espinheira, Manique do Intendente, Aveiras de Baixo Vale de Brejo, Casais das Boiças, Tagarro, Casais de Baixo, Casais de Britos, Quebradas e Maçussa) e do Cartaxo (nas povoações de Vila Chã de Ourique, Vale da Pinta, Pontével, Casais da Amendoeira, Casais Penedos, Casais Lagartos, Casais da Lapa, Lapa, Vale da Pedra,

Valada, Porto de Muge e Reguengo.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

a) Investimento incorpóreo:

- i) Estudos, projectos e assessorias (excluem-se os Planos Gerais, os Planos Directores e o próprio Documento de Enquadramento Estratégico);
 - b) Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água em “vertente em baixa - modelo não verticalizado”:
 - i) A construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, designadamente condutas de abastecimento, estações elevatórias, equipamentos e reservatórios;
 - ii) Telegestão;
 - iii) Restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectados pela construção de infra-estruturas (reposição para as mesmas condições iniciais);
 - iv) Acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir, designadamente, a minimização de impactes ambientais.
 - c) Investimento corpóreo de redes de drenagem de águas residuais em “vertente em baixa – modelo não verticalizado”:
 - i) A construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, designadamente de colectores de saneamento, equipamentos e estações elevatórias, que estejam integradas com a vertente em alta e em que esteja assegurado um tratamento adequado, que permita o cumprimento das normas de descarga a fixar pela entidade competente;
 - ii) Restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectados pela construção de infra-estruturas (reposição para as mesmas condições iniciais);
 - iii) Acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir, designadamente, a minimização de impactes ambientais.
2. Se considerados prioritários no âmbito do DEE aprovado, poderão ainda ser considerados como tipologias de operações elegíveis:
- a) Soluções de menor escala e equipamentos que se destinem a servir aglomerados de pequena dimensão em que, no caso das redes de drenagem de águas residuais, esteja assegurado a jusante o cumprimento das normas de descarga a fixar pela entidade competente;
 - b) Intervenções que assegurem a melhoria da qualidade do tratamento actual e tenham como objectivos o cumprimento da Directiva 91/271/CEE.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 4 000 000€ e a respectiva participação FEDER de 2 800 000€.

Indicadores de Realização

Na Azambuja aumento da taxa de cobertura em rede de drenagem e tratamento de Águas Residuais de 60% para 80%

No Cartaxo aumento da taxa de cobertura em rede de drenagem e tratamento de Águas Residuais de 68% para os 80%

Nº de Km de rede em baixa a construir – 45 Km

7.4.2. Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A riqueza em recursos hídricos da região da Lezíria coloca exigências no que respeita a um segundo vector de intervenção, o qual se encontra directamente relacionado com a necessidade de valorização e de protecção destes mesmos recursos. A estratégia preconizada pelo Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo, no actual Quadro Comunitário de Apoio, atenta à referidas exigências consagrou no âmbito do Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial – uma medida dirigida especificamente à Valorização do Tejo (VALTEJO). Contudo, apesar do esforço de valorização realizado durante o período de referência do actual QCA, as necessidades não foram ainda na sua plenitude supridas.

De referir que as intervenções que se preconizam nesta tipologia de operações conferem uma acção integrada e supra-municipal ao nível do território. Continua a ser pertinente para o desenvolvimento do território da Lezíria a valorização ambiental e paisagística das margens dos rios Tejo e Sorraia, de forma a aprofundar e concluir o sucesso do VALTEJO como acção integrada que fomentou o desenvolvimento da actividade económica ligada ao turismo.

As acções nesta tipologia são complementares a outras que serão apresentadas pelos Centros Urbanos Estruturantes no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações:

- Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- **Requalificação ambiental e reabilitação do património natural;**
- Gestão de Recursos Hídricos – Águas Interiores:

- Acções que visem a protecção de origens de água e a definição dos seus perímetros de protecção;
- Acções que visem a promoção da reutilização de águas residuais tratadas;
- **Acções de valorização de zonas fluviais e recuperação do património associado;**
- **Valorização de albufeiras, incluindo sinalização e infra-estruturas de apoio**

Inicialmente prevê-se apenas apoiar as tipologias a bold.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios da Azambuja, Cartaxo, Golegã e Salvaterra de Magos.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 75% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 5 020 000€ e a respectiva participação FEDER de 3 765 000€

Indicadores de Realização

Nº de Acções de valorização fluvial 3

Nº de acções de Valorização de Albufeiras -2

7.4.3. Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A prevenção e gestão de riscos constituem domínios prioritários de intervenção assumidos no PNPOT, destacando-se os seguintes objectivos específicos consagrados naquele Programa:

- Avaliar e prevenir os factores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos.
- Modernizar os organismos, infra-estruturas, equipamentos e melhorar a qualificação profissional dos agentes de protecção civil.

Assim e tendo em conta o atrás descrito, pretende-se nesta tipologia de operações apoiar a criação, remodelação de um centro municipal de protecção civil, designadamente aquele que corresponde ao maior centro urbano da Lezíria

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações

a) Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão;

d) Reforço da arquitectura e desenvolvimento do sistema de informação de protecção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, alerta, monitorização e localização, ao nível regional e sub-regional.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que a entidade beneficiária desta tipologia de operações seja o município de Santarém.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 170 000€ e a respectiva participação FEDER de 119 000€

Indicadores de Realização

Nº de municipais de centros municipais de protecção civil a apoiar - 1

7.4.4. Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

Mais uma vez segundo o PNPOT a prevenção e gestão de riscos constituem domínios prioritários de intervenção destacando-se os seguintes objectivos específicos consagrados naquele Programa:

- Avaliar e prevenir os factores e as situações de risco, e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respectivos efeitos.
- Modernizar os organismos, infra-estruturas, equipamentos e melhorar a qualificação profissional dos agentes de protecção civil.

Assim, nesta tipologia de operações imateriais, pretende-se avaliar e prevenir os factores de risco.

Esta intervenção é complementar á anterior e com ela pretende-se a criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal (quer o geral quer os sectoriais). Prevê-se também a realização de acções de sensibilização no domínio da protecção civil.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações

a) Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão;

d) Reforço da arquitectura e desenvolvimento do sistema de informação de protecção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, alerta, monitorização e localização, ao nível regional e sub-regional.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que a entidade beneficiária desta tipologia de operações seja o município de Santarém.

Taxas de comparticipação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 150 000 € e a respectiva comparticipação FEDER de 105 000€

Indicadores de Realização

Nº de planos de Emergência de âmbito municipal – 1

Nº de acções de sensibilização no domínio da protecção civil - 1

7.4.5. Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A Lezíria do Tejo apresenta um património natural bastante rico. As áreas classificadas (Serra de Aires e Candeeiros, Paul do Boquilobo, e Zona de Protecção do Estuário do Tejo) possuem, na generalidade, um elevado valor para a conservação da vegetação e da flora, designadamente um número elevado de endemismos e algumas espécies raras e/ou ameaçadas. Estas áreas e os valores naturais que elas acolhem representam um património valiosíssimo que distingue a região.

No âmbito da Agenda XXI considera-se prioritário conferir maior visibilidade ao seu património, destacando-se a necessidade de (i) fomentar o turismo de natureza, infra-estruturando as áreas protegidas para o acolhimento de actividades económicas e sociais, (ii) dar a conhecer ao público e aos agentes do turismo as áreas classificadas, identificando as suas potencialidades e especificidades, nas áreas ambiental, cultural e patrimonial, promovendo o marketing e a comunicação, e (iii) promover a educação ambiental e cultural *in situ*, alargando o reconhecimento social da política de conservação.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações

. d) Acções de apoio à visitação

- i. caminhos, trilhos e rotas temáticas;
- ii. sinalização e painéis, informativos e interpretativos;
- iii. observatórios;
- iv. infra-estruturas de informação e interpretação;
- v. suportes de comunicação e divulgação;
- vi. centros de serviço ao visitante;
- vii. natur-museus, relativos a temas magnos da conservação da natureza em Portugal;
- viii. centros de interpretação e informação;
- ix. equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Prevê-se inicialmente que as entidades beneficiárias desta tipologia de operações sejam os municípios da Benavente, Golegã e Rio Maior.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 75% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 550 000€ e a respectiva participação FEDER de 412 500€

Indicadores de Realização

Nº de equipamentos de fruição pública em áreas classificadas – 3

Nº de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas – 30 000 hab

7.5. EIXO 5

7.5.1. Promoção e capacitação institucional

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

No âmbito da capacidade institucional pretende-se contribuir para melhorar a visibilidade e notoriedade da Lezíria, reforçando a sua competitividade dentro do quadro regional, nacional e internacional e promover:

- a organização e promoção de encontros, seminários;
- acções de cooperação e promoção internacional, apoio a missões que tenham em vista acordos de cooperação;
- elaboração e edição de estudos que permitam um melhor conhecimento e o equacionamento de gestão estratégica da região;
- a elaboração de planos com especial incidência no ordenamento do território;
- a elaboração de cartas temáticas;
- desenvolvimento de acções de sensibilização em vários domínios

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações

1. São susceptíveis de financiamento no âmbito do presente regulamento, as operações que visem a preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial, bem como a promoção de projectos inovadores com elevado efeito demonstrativo, que, simultaneamente, permitam a densificação e qualificação das redes de instituições regionais de apoio ao desenvolvimento em exercício de funções.

2. Essas iniciativas poderão incidir em domínios, tais como: prospectiva e planeamento; informação de apoio ao desenvolvimento; dinamização turística; desenvolvimento local; promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas; valorização do património, cultura e artesanato; acções de promoção e valorização da escola e das qualificações escolares como motores de desenvolvimento regional; acções de dinamização dos interfaces entre a escola e agentes locais, nomeadamente empresas, instituições gestoras de equipamentos culturais e de lazer; cooperação e promoção externa; valorização dos recursos naturais e sensibilização ambiental; promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Taxas de participação

A taxa máxima e média a aplicar às intervenções será de 70% das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período de 2007-2013 é de 654 567 € e a respectiva participação FEDER de 458 197 €

Indicadores de Realização

Nº de acções de promoção institucional da Região – 6

7.5.2. Sistema de Apoio à Modernização Administrativa

Objectivos e tipologias de operações a contratualizar

A Lezíria do Tejo tem vindo, de há alguns anos a esta parte, a privilegiar os investimentos com vista a dotar as Câmaras Municipais de mais e melhores meios para prestar um serviço mais eficaz e eficiente aos cidadãos e empresas.

Exemplo disso é o projecto Ribatejo Digital, co-financiado no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, do anterior Quadro Comunitário de Apoio. A CULT e os seus Municípios associados realizaram um investimento global bastante avultado, superior a 8 milhões de euros, visto que esta é de facto uma área que foi assumida como prioritária para ter uma região cada vez mais desenvolvida.

Essa prioridade encontra-se também patente na Agenda XXI da Lezíria do Tejo, nomeadamente na Linha de Intervenção 4 do Eixo 3 desse documento.

Assim, como principais objectivos desta área temos a criação de condições para uma Administração Pública Local mais eficiente e eficaz mediante:

- A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública Local aos cidadãos e agentes económicos, através de uma lógica de proximidade conjugada com critérios de racionalização de estruturas;
- A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública Local e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos relevantes para cidadãos e empresas, com vista à redução dos denominados “custos públicos de contexto”.

Os investimentos a apoiar integram-se nas seguintes tipologias de operações

a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, nomeadamente:

- iii. Projectos ou grupos de projectos de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação, apoiados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em função das necessidades dos respectivos utentes finais, cidadãos e empresas, nomeadamente numa lógica de “balcão único”;
- iv. Projectos ou grupos de projectos de disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação dentro da Administração Pública e entre a Administração Pública e os cidadãos e empresas;
- v. Projectos ou grupos de projectos de avaliação da satisfação dos utentes, monitorização dos níveis de serviço alcançados, de certificação de qualidade dos serviços, e introdução e difusão de melhores práticas orientadas para os cidadãos e empresas.

b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, nomeadamente:

- i. Projectos ou grupos de projectos de racionalização e simplificação organizacional;
 - ii. Projectos ou grupos de projectos de reengenharia e desmaterialização nos processos, seja nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, seja nos processos internos à própria Administração, designadamente segundo uma perspectiva de integração transversal;
 - iii. Projectos ou grupos de projectos de promoção da inovação organizacional e de gestão na Administração Pública;
 - iv. Projectos ou grupos de projectos de criação de redes de relação e partilha de conhecimento na Administração Pública.
- c) Operações no domínio da administração em rede, nomeadamente:
- i. Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas de suporte a iniciativas de modernização administrativa na Administração Pública;
 - ii. Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento dos mecanismos necessários para assegurar a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, designadamente com recurso à identificação electrónica;
 - iii. Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, que assegurem a conectividade entre os serviços públicos, com base em mecanismos de segurança adequados, numa óptica de racionalização das infra-estruturas e/ou serviços de comunicações do Estado;
 - v. Projectos ou grupos de projectos de implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos;
- vi. Projectos ou grupos de projectos de implementação de tecnologias inovadoras na Administração Pública, designadamente ao nível do desenvolvimento de mecanismos de participação e do reforço da administração electrónica no exercício de cidadania

Beneficiários

São entidades beneficiárias desta intervenção as constantes no regulamento específico para esta tipologia de operações.

Taxas de participação

A taxa base máxima é de 60% podendo ser majorada até 70% e média das despesas elegíveis.

Investimento

O montante global de investimento associado a esta tipologia de operações para o período 2007-2013 é de 3 700 000 € e a respectiva participação FEDER de 2 405 000 €

Indicadores de Realização

Nº de projectos de modernização administrativa – 11

8. Quadros financeiros

O montante total de financiamento do FEDER necessário para atingir em cada uma das áreas de actuação referidas as metas propostas eleva-se a 57 milhões de euros no período 2007-13. o qual se distribui pelos seguintes eixos:

Eixos	Tipologia de operações	Investimento	FEDER
Eixo 1	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	10.500.000 €	7.350.000 €
	Energia	1.769.142 €	1.238.399 €
Total do EIXO 1		12.269.142 €	8.588.399 €
Eixo 2	Mobilidade Territorial	10.990.000 €	7.693.000 €
Total do EIXO 2		10.990.000 €	7.693.000 €
Eixo 3	Mobilidade Territorial	2.050.000 €	1.435.000 €
	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	35.286.294 €	24.700.406 €
	Património Cultural	5.124.542 €	2.978.498 €
	Equipamentos Culturais	350.000 €	140.000 €
	Equipamentos para a Coesão Local	2.000.000 €	1.400.000 €
Total do EIXO 3		44.810.836 €	30.653.904 €
Eixo 4	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado"	4.000.000 €	2.800.000 €
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	5.020.000 €	3.765.000 €
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais	170.000 €	119.000 €
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	150.000 €	105.000 €
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	550.000 €	412.500 €
Total do EIXO 4		9.890.000 €	7.201.500 €
Eixo 5	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	3.700.000 €	2.405.000 €
	Promoção e Capacitação Institucional	654.567 €	458.197 €
Total do EIXO 5		4.354.567 €	2.863.197 €
TOTAL GERAL		82.314.545 €	57.000.000 €

O planeamento financeiro das acções a desenvolver no quadro da Subvenção Global é apresentado no quadro seguinte, o qual indica a ventilação das verbas por anos. Inclui a programação financeira plurianual apenas da componente comunitária do financiamento dos projectos (programação dos recursos FEDER).

Quadro 1 – Repartição plurianual dos financiamentos do FEDER					
2009	2010	2011	2012	2013	Total 2007-13
11 500 000	13 100 195	8 299 505	8 465 495	8 634 805	57 000 000
(Valores em Euros)					

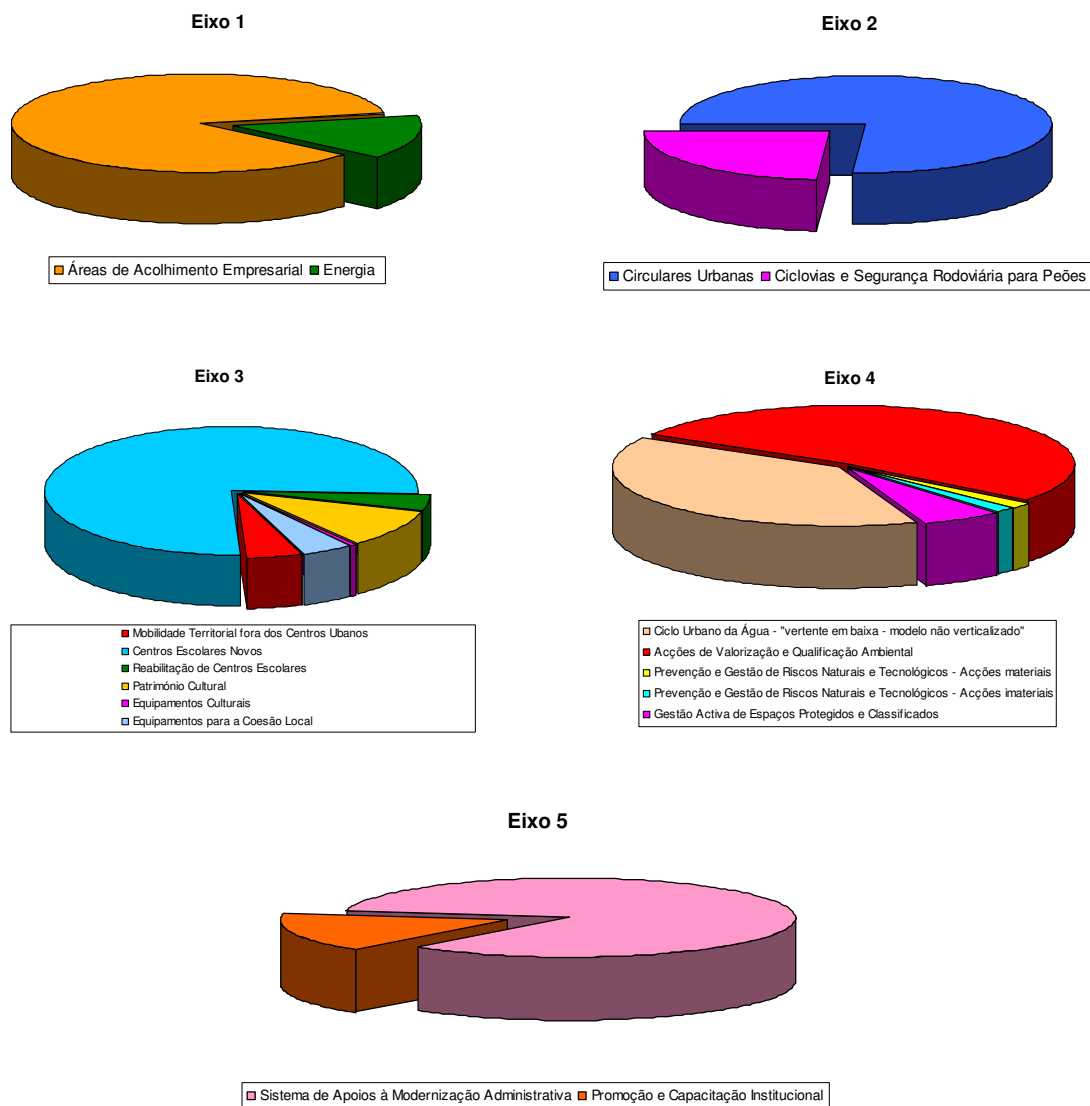
A repartição de verbas por anos está feita numa base proporcional face ao montante global afecto para a contratualização e ainda numa perspectiva proporcional face às outras NUT III do Alentejo. De referir que com esta repartição financeira de verbas por anos, a Lezíria está de certa forma a garantir um grau de execução financeira de forma a não comprometer o cumprimento da regra da guilhotina (conhecida como regra do N+2, que no QREN será N+3 até 2010 e N+2 de 2011 a 2013).

9. Contributos da Subvenção Global

No capítulo 4 correlacionamos os objectivos estratégicos da Agenda XXI com os Eixos estratégicos do Alentejo 2015 e também com os Eixos do PORA e verificámos que há uma articulação bastante forte entre a estratégia global da Lezíria e a estratégia para a NUT II do Alentejo.

Importa agora verificarmos até que ponto a Subvenção Global da Lezíria do Tejo contribui para as metas que o PORA se propôs alcançar.

Contudo, antes de entrarmos nesse exercício apresentamos vários gráficos com a repartição do investimento por algumas áreas de intervenção e por eixo, de acordo com o que neste momento são as intenções de intervenção dos vários municípios.



Tendo em conta o quadro seguinte, onde os indicadores de realização e resultado da Subvenção Global são comparados com os do PORA, consta-se que a concretização das tipologias de operações agora previstas na Subvenção Global da Lezíria em muito contribuem para o desiderato assumido pelo PORA nesta matéria.

	Meta 2015 PORA	Meta 2015 Subvenção Global da Lezíria
Áreas de Acolhimento Empresarial	10	4
Alunos do 1.º CEB	2.840	4.491
N.º de Estabelecimentos de Pré-Escola Apoiados	23	17
Intervenções ao Nível do Património (N.º de Elementos Patrimoniais Apoiados)	10	4
N.º de Visitantes dos Equipamentos de Fruição Pública Apoiados em Áreas Classificadas	172.500	30.000
N.º de km de Rede em Baixa a Construir	260	45
N.º de Equipamentos de Fruição Pública em Áreas Classificadas	23	3
N.º de Projectos de Modernização Administrativa	30	11
N.º de Acções de Promoção Institucional da Região	20	6

De facto, constata-se que a Subvenção Global da Lezíria do Tejo contribui fortemente para o cumprimento por parte do PORA no que respeita aos seus indicadores de desempenho (de realização e resultado) em todas as áreas descritas no quadro, com especial ênfase no que diz respeito ao número de estabelecimentos do 1º ciclo de ensino básico e número de estabelecimentos de pré-escolar apoiados. A Aposta no ensino básico e na educação pré-escolar é, de há três anos a esta parte, uma das principais apostas estratégicas da Lezíria e dos seus municípios. De realçar que

a NUT III da Lezíria foi a primeira a ter as cartas educativas dos seus municípios homologados (Elaboração das cartas foi conduzida pela CULL).

Por último importa ver os contributos da Subvenção Global da Lezíria em termos de contributo para o cumprimento, por parte do PORA, em matéria de *earmarking* do QREN. Mais uma vez, e de acordo com o quadro seguinte, constata-se que o contributo da Lezíria é bastante forte.

	Montante no PORA	Montante na Subvenção Global da Lezíria
Áreas de Acolhimento Empresarial	(1)	7.350.000
Serviços e Aplicações para os Cidadãos	10.300.000	2.405.000
Energias Renováveis - Solar	3.789.985	1.238.399
Gestão e Tratamento de Água Potável	16.171.332	490.000
Tratamento de Águas Residuais	8.085.666	2.310.000
Prevenção de Riscos	4.851.400	224.000
Projectos Integrados de Reabilitação Urbana e Rural	104.488.795	3.765.000 (2)
Infra-estruturas de Turismo	14.447.833	24.700.406

(1) Embora se desconheça o valor, sabe-se que as áreas de acolhimento empresarial têm repercussões no cumprimento das metas de *earmarking*.

(2) A título de informação, mais se refere que os municípios da Lezíria do Tejo irão apresentar candidaturas para as parcerias para a Regeneração Urbana e também para as Redes Urbanas de Competitividade e Inovação, designadamente ao Eixo 2 e fora da área da subvenção global, candidaturas essas que reforçarão este valor em termos de cumprimento das metas de *earmarking*.

10. Disposições de implementação

10.1. Estrutura de gestão

A gestão da Subvenção Global da Lezíria do Tejo é cometida à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), a qual integra os 11 municípios da NUTS III Lezíria do Tejo.

Para o efeito, a CULT dotar-se-á dos meios técnicos e humanos necessários para garantir uma boa e rigorosa gestão dos recursos comunitários do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) postos à sua disposição.

A gestão da Subvenção Global reger-se-á naturalmente pelo Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão - em particular pelo seu artigo 56º referente às subvenções globais – bem como pelo Regulamento (CE) nº 1080/2006 relativo ao FEDER. A nível nacional respeitará integralmente as disposições do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17 de Setembro – em particular os seus artigos 63º e 64º referentes às subvenções globais - e do Regulamento nacional do FEDER e do Fundo de Coesão aprovado pela Comissão Ministerial do QREN.

Com vista a evitar conflitos de interesses e de forma a garantir uma gestão profissional da Subvenção Global, a CULT designará um gestor da SG que terá a seu cargo a recepção das candidaturas, a sua análise e decisão de aprovação, a verificação da despesa e pagamentos aos beneficiários e o acompanhamento dos projectos.

Para o efeito, a Junta da CULT delegará todos os poderes de gestão da Subvenção Global no Administrador Executivo que passará assim a ter ligações directas com o Gestor do Programa Operacional para todos os efeitos ligados à gestão e, designadamente, para o processo de confirmação das aprovações.

Ficará naturalmente a cargo do gestor da SG a comunicação aos beneficiários da decisão que recaiu sobre as suas candidaturas.

Em nome da CULT ficará assim responsável pelo desempenho de todas as funções contratuais ligadas à gestão e acompanhamento da SG.

Ficará assim obrigado a proceder à publicitação dos apoios atribuídos respeitando, nomeadamente os termos do artigo 8º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro e demais legislação comunitária e nacional aplicável. Para além disso, terá de fazer cumprir os normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades, concorrência e contratação pública.

O gestor da SG será apoiado tecnicamente por uma pequena estrutura, a definir pela Junta da CULT, que ficará directamente afecta a esse fim.

A gestão da SG será suportada por um sistema de informação que satisfaça as condições que lhe sejam fixadas pela autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo.

Para a gestão da SG a CULT irá apresentar candidaturas ao PORA até ao montante de € 570.000 FEDER.

10.2. Selecção e aprovação dos projectos

Os projectos são apresentados pelas entidades beneficiárias/promotores à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo ou à entidade que lhe vier a suceder, através de um formulário de candidatura on-line disponível no site da CULT. Tal formulário permitirá juntar em anexo todas as informações complementares necessárias à análise e apreciação da candidatura, sem prejuízo de algumas peças do projecto de candidatura poderem vir a ser entregues em suporte papel.

As candidaturas são entregues em contínuo, pelo que não são definidos prazos pré-estabelecidos para a sua apresentação; tal metodologia permitirá acelerar a execução dos projectos por forma a permitir atingir os objectivos quantificados previstos na Subvenção Global.

A estrutura da CULT que apoiará tecnicamente o Gestor da SG verificará as condições de acesso do projecto e do promotor e, em consonância com os critérios de selecção previstos em cada área de intervenção, tomará uma decisão de aprovação ou não aprovação dos projectos para co-financiamento. A decisão será transmitida à CCDR Alentejo/Gestor do PO Regional do Alentejo para confirmação, em conformidade com o disposto no nº 6 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 312/2007.

A decisão de financiamento é formalizada através de um termo de aceitação a celebrar entre o beneficiário e o gestor da SG em nome da CULT.

Do termo de aceitação constarão:

- a) A identificação da conta bancária específica do beneficiário para pagamentos do FEDER;
- b) O conteúdo e a periodicidade dos relatórios de execução da operação a apresentar pelo beneficiário ao gestor da SG;

10.3. Pagamentos

Na sequência da comunicação da aprovação do apoio do FEDER à operação em causa (e do estabelecimento do contrato de financiamento, quando for caso disso), o promotor pode apresentar ao Gestor da SG pedidos de pagamento, em formulário próprio, disponibilizado electronicamente.

Os beneficiários deverão assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos à operação são objecto de aposição de um carimbo com menção ao PO, eixo prioritário, código do projecto, número de lançamento na contabilidade geral, a taxa de imputação e rubrica de investimento.

Os reembolsos efectuados à operação e para o beneficiário da mesma, serão feitos pelo Gestor da SG para uma conta específica, para o FEDER, aberta pela entidade proponente da operação.

Para a CULT poder pagar as participações financeiras FEDER aos beneficiários, serão efectuados pedidos de reembolso à CCDR-A com base nos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários.

Após a recepção desses pedidos de reembolso, a CULT encaminhará as correspondentes verbas para os beneficiários.

10.4. Controlo e recuperação de verbas indevidas

O gestor da SG comunicará à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo todas as informações relevantes em relação às dívidas ao PO relacionadas com projectos integrantes da subvenção global.

Quando se justificar a recuperação de montantes indevidamente pagos ou não justificados, a respectiva restituição será efectuada através da compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo, relativos à mesma operação, salvaguardando o disposto no n.º 3 do artigo 98.º do Regulamento n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Na impossibilidade de ser efectuada a compensação referida anteriormente, o Gestor da SG notificará o beneficiário sobre o montante a restituir, o respectivo prazo e a fundamentação da decisão.

10.5. Relatórios de execução

O Gestor da Subvenção Global deverá elaborar um relatório anual de execução sobre o progresso físico e financeiro das operações apoiadas, em conformidade com o modelo geral aprovado para os programas operacionais do FEDER. Esse relatório deverá ser remetido à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo até 31 de Março de cada ano, relativamente à execução do ano anterior.

O relatório anual de execução deverá necessariamente evidenciar os progressos registados na prossecução dos objectivos quantificados estabelecidos para a Subvenção Global, nos indicadores de acompanhamento das diversas áreas de intervenção e na evolução da execução financeira. Toda a informação deverá necessariamente ser ventilada por área de intervenção e por eixo do Programa Operacional.